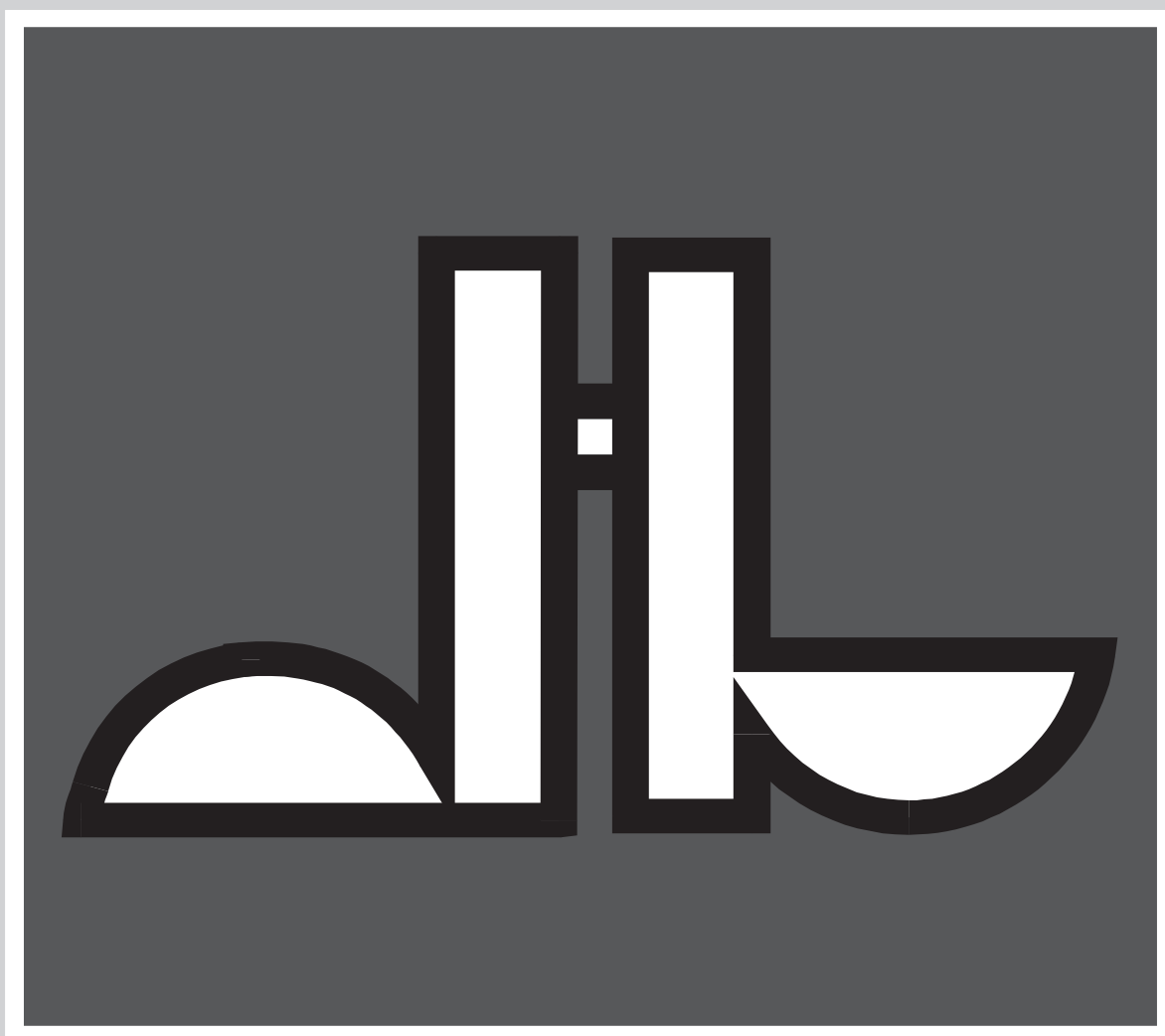




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SESSÃO CONJUNTA

ANO LXVII - Nº 013 - TERÇA-FEIRA, 05 DE JUNHO DE 2012 - BRASÍLIA-DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

<p style="text-align: center;">Presidente Senador José Sarney (PMDB/AP)</p> <p style="text-align: center;">1ª Vice-Presidente Deputada Rose de Freitas (PMDB/ES)</p> <p style="text-align: center;">2º Vice-Presidente Senador Waldemir Moka (PMDB/MS) ^{3 e 4}</p> <p style="text-align: center;">1º Secretário Deputado Eduardo Gomes (PSDB/TO)</p> <p style="text-align: center;">2º Secretário Senador João Ribeiro (PR/TO) ²</p> <p style="text-align: center;">3º Secretário Deputado Inocêncio Oliveira (PR/PE)</p> <p style="text-align: center;">4º Secretário Senador Ciro Nogueira (PP/PI)</p>	
<p style="text-align: center;"><u>Mesa do Senado Federal</u></p> <p style="text-align: center;">Presidente José Sarney (PMDB/AP)</p> <p style="text-align: center;">1ª Vice-Presidente Marta Suplicy (PT/SP)</p> <p style="text-align: center;">2º Vice-Presidente Waldemir Moka (PMDB/MS) ^{3 e 4}</p> <p style="text-align: center;">1º Secretário Cícero Lucena (PSDB/PB)</p> <p style="text-align: center;">2º Secretário João Ribeiro (PR/TO) ²</p> <p style="text-align: center;">3º Secretário João Vicente Claudino (PTB/PI)</p> <p style="text-align: center;">4º Secretário Ciro Nogueira (PP/PI)</p> <p style="text-align: center;">Suplentes de Secretário 1º - Casildo Maldaner (PMDB-SC) ^{1, 5, 6 e 7}</p> <p style="text-align: center;">2º - João Durval (PDT/BA)</p> <p style="text-align: center;">3ª - Maria do Carmo Alves (DEM/SE)</p> <p style="text-align: center;">4ª - Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)</p>	<p style="text-align: center;"><u>Mesa da Câmara dos Deputados</u></p> <p style="text-align: center;">Presidente Marco Maia (PT/RS)</p> <p style="text-align: center;">1ª Vice-Presidente Rose de Freitas (PMDB/ES)</p> <p style="text-align: center;">2º Vice-Presidente Eduardo da Fonte (PP/PE)</p> <p style="text-align: center;">1º Secretário Eduardo Gomes (PSDB/TO)</p> <p style="text-align: center;">2º Secretário Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)</p> <p style="text-align: center;">3º Secretário Inocêncio Oliveira (PR/PE)</p> <p style="text-align: center;">4º Secretário Júlio Delgado (PSB/MG)</p> <p style="text-align: center;">Suplentes de Secretário 1º - Geraldo Resende (PMDB/MS)</p> <p style="text-align: center;">2º - Manato (PDT/ES)</p> <p style="text-align: center;">3º - Carlos Eduardo Cadoca (PSC/PE)</p> <p style="text-align: center;">4º - Sérgio Moraes (PTB/RS)</p>

Notas:

- 1- Em 29-3-2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, conforme RQS nº 291/2011, deferido na Sessão do Senado Federal de 29-3-2011.
- 2- Em 3-5-2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, conforme RQS nº 472/2011, aprovado na Sessão do Senado Federal de 3-5-2011.
- 3- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.
- 4- Em 16-11-2011, eleito o Senador Waldemir Moka (PMDB/MS) para o cargo de 2º Vice-Presidente do Senado Federal.
- 5- Em 28-11-2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
- 6- Em 29-11-2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
- 7- O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08-12-2011.

EXPEDIENTE	
<p>Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal</p> <p>Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata</p> <p>Patrícia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 12ª SESSÃO CONJUNTA (SO- LENE), EM 4 DE JUNHO DE 2012

1.1 – ABERTURA

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a comemorar o Centenário de Nas-
cimento do Sr. Janary Nunes, pioneiro e primeiro
Governador do Amapá. 01066

1.2.1 – Execução do Hino Nacional Bra- sileiro

1.2.2 – Fala da Presidência (Senador José Sarney)

1.2.3 – Oradores

Deputado Sebastião Bala Rocha..... 01067

Senador Randolfe Rodrigues..... 01070

Deputado Luiz Carlos 01072

Sr. Janary Carvão Nunes 01074

Srª Doralice Nascimento de Souza, Vice-
Governadora do Estado do Amapá..... 01074

Sr. Jorge Nova da Costa, ex-Governador do
Estado do Amapá..... 01075

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATA DA 13ª SESSÃO CONJUNTA (SO- LENE), EM 4 DE JUNHO DE 2012

2.1 – ABERTURA

2.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a comemorar o Dia Mundial do
Meio Ambiente..... 01078

2.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasi- leiro pela Banda de Música da Polícia Militar do Distrito Federal

2.2.2 – Oradores

Senador Fernando Collor..... 01078

Deputado Antonio Carlos Mendes Thame... 01081

Sr. Herman Benjamin, Ministro do Superior
Tribunal de Justiça..... 01083

Senadora Ana Amélia 01084

Deputado Luiz Couto 01087

Srª Márcia Rollemberg, Secretária da Cida-
dania e da Diversidade Cultural do Ministério da
Cultura 01088

2.2.3 – Fala da Presidência (Senador Ro- drigo Rollemberg)

2.3 – ENCERRAMENTO

CONGRESSO NACIONAL

3 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orça-
mentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1,
de 2006) 01091

CMMC – Comissão Mista Permanente so-
bre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4, de
2008)..... 01094

Comissão Mista Representativa do Congresso
Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas
– Fipa (Resolução nº 2, de 2007) 01096

CCAI – Comissão Mista de Controle das Ati-
vidades de Inteligência (Lei nº 9.883, de 1999) 01097

Comissões Parlamentares Mistas de Inqué-
rito 01098

4 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional
(Decreto Legislativo nº 70, de 1972) 01102

Conselho de Comunicação Social (Lei nº
8.389, de 1991) 01103

Representação Brasileira no Parlamento do
Mercosul (Resolução nº 1, de 2011) 01104

Ata da 12ª Sessão Conjunta (Solene), em 4 de junho de 2012

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Sarney e Randolfe Rodrigues

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 33 minutos e encerra-se às 12 horas)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Declaro aberta a sessão solene do Congresso Nacional, destinada a comemorar o centenário de Janary Nunes, pioneiro Governador do Estado do Amapá.

Convido para compor a Mesa o Senador Randolfe Rodrigues; o Deputado Sebastião Bala Rocha; a Exm^a Sr^a Doralice Nascimento de Souza, Vice-Governadora do Estado do Amapá; Alice Déa Carvão Nunes, viúva do homenageado, que honra esta sessão com sua presença; Janary Carvalho Nunes, filho do homenageado. *(Palmas.)*

Convido a todos para, de pé, ouvir e cantar o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional brasileiro.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP. Com revisão do Presidente.) – Quero registrar, também, como se compusessem a Mesa dos nossos trabalhos, os filhos do homenageado, Guairacá Carvão Nunes e Rudá Carvão Nunes; a Sr^a Maria Tereza Nunes, neta do homenageado; a Sr^a Tatiana Figueiredo Nunes, também neta; o Sr. Pedro Figueiredo Nunes, também neto; a Sr^a Flávia Carneiro Nunes, neta do homenageado; o Sr. Janary Gentil Nunes Neto, neto do homenageado; a Sr^a Ana Paula Cruz Penante Nunes, neta do homenageado; e o Sr. Gian Guilherme Cruz Penante Nunes.

Todos integram, também, a Mesa e honram os nossos trabalhos.

Cabe-me dizer algumas palavras – é meu dever, no início desta sessão, e com muito agrado —, para ressaltar e dizer que é impossível fazer-se justiça à história do desenvolvimento do Estado do Amapá sem trazer à lembrança a saudosa e ilustre figura de Janary Gentil Nunes, cuja vida foi repleta de trabalhos prestados ao País, principalmente ao Estado do Amapá, onde legou a todos uma herança de trabalho com a

realização de inúmeras obras, e incutiu naquele povo sentimentos de ânimo e vontade de prosperar.

Janary Nunes continua como uma legenda viva na memória do povo do Amapá.

A longa história do Amapá atingira um ponto decisivo em 1900, com a decisão da Confederação Suíça favorável ao Brasil. A região, que estava em disputa com a França, foi incorporada ao então Estado do Pará. Depois da tentativa fracassada de criação do território do Aracari, foram criados os Municípios de Amapá, com sede em Amapá, e Montenegro, com sede em Calçoene, que foram logo fundidos no Município de Montenegro, com sede em Amapá. Macapá e Mazagão permaneceram como Municípios paraenses.

No extremo norte, a antiga Colônia Militar D. Pedro II foi transferida do Araguari para o Oiapoque. Era o ponto de afirmação da soberania, em que o Brasil desejava firmar sua presença na fronteira. A ocupação efetiva começou quando o Senador Justo Chermont conseguiu, em 1919, instituir uma Comissão Colonizadora do Oiapoque. Seguindo um modelo que já fora testado por todo o Brasil, construiu-se o Centro Agrícola de Cleveland, a Clevelândia, dando-se o nome em homenagem ao presidente norte-americano. A 5 de maio de 1922, inaugurou-se a vila, já estando em funcionamento uma escola e um hospital. Mas logo a região se tornou um lugar de desterro e confinamento de presos políticos e comuns.

A situação precisava evoluir. É assim que, a 13 de setembro de 1943, pelo Decreto-Lei nº 5 812, foi criado o Território Federal do Amapá. Limitava-se pelo Atlântico, pelo Amazonas, pelas fronteiras com as Guianas Francesa e Holandesa, e pelo Jari. Era, de certa maneira, a recuperação da antiga Capitania do Cabo do Norte. Dividia-se em três Municípios: Amapá, Macapá e Mazagão. A capital era Amapá.

Logo houve a primeira mudança: a capital instalou-se em Macapá. Em seguida, acrescentou-se o Município do Oiapoque, com sede na cidade do Espírito Santo. Bem mais tarde, em 1956, foi a vez do Município de Calçoene.

Novos Municípios só apareceram quando eu fui Presidente da República e, em 1987, assinei os decretos de criação dos Municípios de Santana, Tartarugalzinho, Ferreira Gomes e Laranjal do Jari. No ano seguinte, foi a vez de a Assembleia Nacional Constituinte colocar nas Disposições Transitórias da nova Constituição a transformação do Território em Estado.

Estamos comemorando o centenário de nascimento de Janary Nunes, nascido em 1º de junho de 1912 em Alenquer, no Pará. Ele fez a Escola Militar de Realengo e serviu em Clevelândia, em 1936 e 1937. Mais tarde, em 1940 e 1941, comandou o Pelotão de Oiapoque. Com a criação dos Territórios Federais, o Presidente Vargas, através do Decreto-Lei nº 3.839, de 21 de setembro de 1943, nomeou para o cargo de Governador do Território do Amapá o Capitão Janary Gentil Nunes, que ali realizou uma obra fundadora e extraordinária.

O novo Governador fez um trabalho fantástico e fixou-se como uma figura maior dessa unidade federativa que hoje é um Estado, onde, como eu disse, ele é hoje um símbolo recordado, admirado e não esquecido, mesmo com o passar do tempo.

A posse de Janary Nunes, no dia 20 de janeiro de 1944, foi a transferência ao novo Território do que eram antes Municípios do Pará. Janary governou o Amapá por doze anos, entre 1944 e 1956. No seu período de governo, o Território se consolidou, superando os antigos problemas de fronteira.

Ao deixar o governo do Amapá, Janary foi nomeado presidente da Petrobras, onde ele afirmou sempre as suas qualidades de administrador e, mais ainda, o seu ideário nacionalista, que sempre presidiu a sua vida. Em 1958, ele foi nomeado Embaixador do Brasil na Turquia.

No Amapá, Janary permanece pelas suas obras e no imaginário popular.

O Senado Federal publicou uma segunda edição de um livro, *Impressões sobre o Território*, preparado há 50 anos, que reúne uma quantidade de depoimentos sobre o Amapá e o governo Janary Nunes. É, na realidade, como se dizia antigamente, uma coroa de sonetos em louvor do grande trabalho realizado pelo Governador no Amapá, escrita por políticos, técnicos e historiadores. Dele resulta a certeza de um trabalho extraordinário de construção do que seria, mais tarde, um dos mais novos Estados do Brasil. A sua visão de estadista, a sua visão de homem público, de preparação daquela região, para que ela no futuro pudesse chegar aonde chega hoje – um dos Estados mais dinâmicos daquela região do Norte do Brasil.

Também estamos lançando hoje o livro *Confiança no Amapá – Impressões sobre o Território*, em que Janary Nunes dá o seu testemunho pessoal sobre o território cuja construção ele liderou. Temos assim a visão de quem, mais do que ninguém, foi responsável pela consolidação de uma região do Brasil que se incorporou definitivamente à essência do País, uma região que se tornou Brasil por opção de seus habitantes. O Amapá muito deve ao governador Janary Nunes. É com ele que nós temos a dívida maior. E o Senado Federal presta hoje um grande serviço ao Brasil ao publicar novamente estes testemunhos edificantes deste importante homem público e não deixar de, em homenagem à história, recordar sempre aqueles que construíram o Brasil, sobretudo aquela parte do Norte do Brasil, da Amazônia, na qual Janary deixou marcado o seu trabalho e a sua visão.

Ao celebrarmos o centenário de Janary Nunes, portanto, estamos fazendo justiça a um grande servidor de nosso País, um homem devotado ao Brasil e especialmente ao Amapá, e à grande causa que foi a sua de implantar naquele extremo da Amazônia o Estado brasileiro.

Eu quero me congratular com todos os descendentes de Janary que aqui estão, com a sua viúva, e dizer que eles podem estar honrados de carregar, no seu sangue, na sua vida, na sua família, a história e a presença de homem tão importante para a história do Brasil. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Concedo a palavra agora ao Deputado Sebastião Bala Rocha, requerente desta homenagem na Câmara dos Deputados.

E passo a Presidência dos nossos trabalhos ao nosso Senador Randolfe Rodrigues, que foi o primeiro signatário desta sessão, em homenagem justamente ao seu gesto.

O Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Randolfe Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Com a palavra o Deputado Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO BALA ROCHA (PDT – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Randolfe Rodrigues, Ex^{mo} Sr. Senador José Sarney, Presidente do Congresso Nacional, Ex^{mo} Sr. Senador Randolfe Rodrigues, que preside neste momento esta sessão solene de alta relevância para a história do Amapá, Ex^{mo} Sr. Deputado Federal Luiz Carlos, jovem Deputado que também muito hon-

ra a nossa bancada, Ex^{ma} Sr^a Vice-Governadora do Amapá, Doralice Nascimento de Souza

Alice Déa Carvão Nunes, viúva do homenageado e que é uma das homenageadas também, certamente, neste dia, junto com os filhos, aqui presentes, netos e demais familiares.

Sr. Janary Carvão Nunes. Sr. Guairacá Carvão Nunes, Sr. Rudá Carvão Nunes, filhos do homenageado, e Sr^a Maria Tereza, Tatiana, Pedro Figueiredo, Flávia Carneiro, Janary Neto, Ana Paula Nunes, Gian Guilherme Nunes, que são netos do homenageado.

Sem dúvida, falar da história de Janary Nunes é falar da cultura, da história e das tradições do povo do Amapá, do jovem Estado do Amapá e, sobretudo, do pioneirismo de Janary na construção de um pedaço de chão ao norte do Brasil, cravado por Getúlio Vargas, um dos maiores estadistas deste País e que levou Janary a governar o território recém-criado. Mas foi o destino que primeiro colocou Janary no solo amapaense, naquela época, ainda paraense, porque fazíamos parte do Pará, quando – já bem narrado pelo Presidente José Sarney, Presidente desta Casa – Janary foi servir lá em Crívelândia do Norte e chegou a ser comandante do pelotão ou batalhão que existia lá naquela época. E com destaque de Janary na sua atividade militar, pela respeitabilidade que ele adquiriu e pela aproximação com os Ministros do Presidente Getúlio Vargas e com o próprio Presidente Getúlio Vargas, Janary, então, foi escolhido, indicado o primeiro Governador do Território Federal do Amapá e que deu passos fundamentais para estruturar o que hoje nós temos como o nosso Estado do Amapá.

O Presidente Sarney destacou muitos feitos de Janary Nunes. Janary Nunes iniciou todos os trabalhos para a construção da hidrelétrica, por exemplo, do Paredão. Iniciou também todo o planejamento e a obra da BR-156, de que, se Deus quiser, até ano que vem, vamos comemorar a pavimentação completa de aproximadamente 600 quilômetros de rodovia.

E o Presidente Sarney também tem uma história importante nessa rodovia: além de avançar na construção da rodovia, também avançou na construção da ponte sobre o rio Araguari, em Ferreira Gomes.

E Janary, além do Paredão e da Rodovia BR-156, também implementou as primeiras infraestruturas da cidade de Macapá. Quando Janary chegou a Macapá para tomar posse – já também dito pelo Presidente Sarney, em 20 de janeiro de 1944 –, Macapá tinha aproximadamente quatro mil habitantes, e a área do Território, em torno de 21 mil habitantes. Janary foi recebido por essas pessoas, em torno de 4.192 pessoas, que residiam em Macapá, onde construiu casas,

muitas escolas, 99 escolas primárias, nove grupos escolares, o ginásio de Macapá, a Escola Doméstica, o Instituto de Educação, a Escola Industrial, a Escola de Iniciação Agrícola, a Escola Técnica de Comércio, o Hospital Geral de Macapá – o nosso hoje Hospital de Especialidades, para o qual estamos com emendas de bancada para revitalizá-lo e torná-lo mais eficiente também – centros médicos, dezesseis postos médicos. E a exploração do manganês, todo o planejamento, o contrato, iniciou-se também na gestão de Janary Nunes, que também criou a CEA e a Caesa, que, naquele momento, eram fundamentais para levar energia e água de boa qualidade para a população. A população, que era de aproximadamente 21 mil habitantes, havia passado para aproximadamente 55 mil habitantes quando Janary deixou o Governo. E a cidade de Macapá conseguiu o classificatório de terceira cidade da Amazônia.

Janary, então, passou a ser uma referência da Amazônia para o Brasil. É por isso que, depois, ele chegou a ser Presidente da Petrobras e também Embaixador do Brasil na Turquia, em 1958. Também foi Deputado Federal, com destaque no Rio de Janeiro – à época, a Câmara dos Deputados e o Congresso funcionavam no Rio de Janeiro. Janary, então, teve o papel fundamental de projetar: foi um dos primeiros políticos do Brasil a projetar a Amazônia e o fez a partir do Amapá. Então, é importante também para essa parte da nossa história ter um político da envergadura, da grandeza, do porte de Janary Nunes chegar a Presidente da Petrobras.

Esse foi um feito realmente extraordinário, porque sabemos hoje que não é fácil, como não era naquela época, ser Presidente de uma empresa tão conceituada, tão importante para o Brasil, como a Petrobras.

Escreveu livros: *Bandeira do Brasil*; *Defesa do Programa da Petrobras*, em 1959; *A Verdade sobre o Manganês do Amapá*. Então, Janary, assim como o nosso Presidente José Sarney, tinha a sua veia literária também. O Presidente Sarney costuma dizer que a política para ele é o destino – foi o destino que o trouxe para a política, porque a sua vocação é a literária, do pensador, do escritor, do filósofo.

E Janary também teve uma participação, assim como seus filhos. Rudá, por exemplo, tem uma importante relação com a cultura, com essa parte social, sociocultural do Estado do Amapá. O Guairacá, na área socioambiental. Nós vamos falar também, daqui a pouco, sobre os filhos de Janary.

Não sei qual é o tempo aqui, Presidente, mas acho que, numa sessão, como esta, de homenagem, um minuto a mais, dois minutos a mais acho que va-

lem a pena, para contarmos um pouco dessa história maravilhosa do Janary.

E há um feito extraordinário do Janary: ele superou todas as divergências político-partidárias. Hoje não existe oposição a Janary no Estado do Amapá. Acho que isso é importante à história registrar. (*Palmas.*)

Isso é o reconhecimento da personalidade, da figura de Janary. Mesmo quem fazia oposição na época de Antônio... Meu pai, por exemplo, era aliado de Antônio Pontes. Eu era garoto, e meu pai era aliado de Antônio Pontes naquela época da eleição para Deputado Federal, em 1970. Eu tinha 12 anos de idade.

Mas hoje há um consenso. Se há um consenso no Amapá, ele é sobre a história e sobre a importância de Janary Nunes para a construção do Amapá. Então, não há partido. O PT está aqui para homenagear; o Governador Camilo, que é PSB, estava lá homenageando; o PSOL está aqui homenageando; o PDT, o PSDB; e os nossos colegas da Bancada certamente estariam aqui, se pudessem – o Deputado Milhomem, o Deputado Vinicius, o Deputado Davi, a própria Deputada Dalva, a Deputada Fátima, a Deputada Janete Capiberibe, o Senador Capiberibe –, porque há esse consenso no Amapá. Acho que esta é a parte mais bonita da história do Janary: exatamente esse reconhecimento, esse consenso que há hoje sobre a importância dele para o Estado do Amapá.

Janary casou-se com Iracema Carvão Nunes e teve dois filhos, a Iracema e o Janary. E ela morreu muito jovem. Nós vamos contar um pouquinho da história dela também. Depois, Janary Nunes, com o falecimento de D. Iracema, casou-se com a D. Alice Déa Carvão Nunes, que está aqui e que também teve dois filhos, Guairacá e Rudá.

Faleceu em 15 de outubro de 1982, no Rio de Janeiro, aos 72 anos, Janary Nunes.

Presidente Randolfe, Presidente Sarney, para concluir, quero contar um pouco a história da família do Janary, porque essa parte ilustra bem a personalidade e a convivência de Janary com a comunidade amapaense e com a sua família. Mas serei breve.

Essa história é contada por Nilson Montoril. Portanto, quero fazer jus ao autor dessa parte pequena da história da grande família de Janary Nunes, e grande por dois aspectos: pela contribuição histórica e cultural para o Amapá e porque é uma família com muitos filhos e muitos netos.

D. Iracema Carvão Nunes nasceu em Cruzeiro do Sul, no Acre, em 03 de outubro de 1913. Ela chegou ao Amapá logo depois da chegada de Janary, aproximadamente um ano depois, e era vista pelo povo como um ser iluminado, que tinha uma importante missão a

cumprir junto aos pobres. Foi identificada, desde cedo, com essa empatia com as pessoas mais humildes. Era reconhecida, portanto, como uma pessoa que cuidava dos mais pobres, dos mais humildes.

Antes de ser a primeira dama do Território, acompanhou Janary Nunes para Clevelândia, porque já havia casado com Janary em 23 de junho de 1937. Depois voltou para a cidade de Macapá, já com Janary candidato a governador.

D. Iracema tinha um problema de coração, uma cardiopatia grave. Muito jovem ainda passou a ter esse problema cardíaco. E essa cardiopatia a levou para tratamentos em Belém e no Rio de Janeiro.

Janary teve dois filhos com D. Iracema: a Iracema, a Ceminha, que nasceu em 1940; e o Janary, o Janarizinho, que está aqui na Mesa, que nasceu em 1943.

D. Iracema, com sua irmã, D. Alice Déa, e os filhos permaneceram em Belém, logo que Janary foi para Macapá. E em 1º de maio de 1944, o iate Itaguari ancorou no Trapiche Eliezer Levy, levando, então, D. Iracema, D. Alice, que foi junto e ainda era menina àquela época, e os dois filhos: Janarizinho e Ceminha.

Além disso, D. Iracema foi a primeira coordenadora ou presidenta da LBA, que foi criada no período de Getúlio Vargas. Infelizmente, após um ano e 53 dias em Macapá, D. Iracema veio a falecer daquele problema no coração. Provavelmente, teve um infarto. Foi assistida pelos médicos antes do infarto, mas faleceu em 23 de julho de 1945. Ela completaria 32 anos, portanto, morreu muito jovem. Ela foi sepultada no dia 24 de julho de 1945, no cemitério Nossa Senhora da Conceição.

Janary, pela convivência que tinha com D. Alice Déa, naquela época, inspirou-se em uma nova paixão. Com o consentimento dos filhos, ainda crianças, contraiu o segundo matrimônio com D. Alice Déa, que nasceu em Belém, em 19 de fevereiro de 1928. Em 1945, D. Alice, com os filhos Janarizinho e Ceminha, foram para o Rio de Janeiro. D. Alice tinha em torno de 17 anos. Ela retornou para Macapá para casar com Janary aos 18 anos. Ela casou ainda muito jovem, em 27 de junho de 1946. Com Janary, D. Alice Déa teve dois filhos, Guairacá e Rudá, que estão aqui presentes. Hoje, D. Alice Déa tem 84 anos de idade.

Sobre os filhos de Janary, Iracema nasceu em 1940. Não pude obter muitos dados da história de Iracema. Sei que ela está em Macapá neste momento e que participou das solenidades naquela cidade em homenagem a Janary. Ela tem duas filhas, Mariana e Fabiana. Não sei se estão aqui ou lá em Macapá. Provavelmente, em Macapá.

Janarizinho nasceu em 1943 e teve cinco filhos: Maria Elce, Maria Tereza, Tânia, Rosana, Flávia e Ja-

nary. São seis filhos. Não sei se estão todos aqui, mas alguns estão. Ah, Maria Elce é a esposa, desculpe-me. É a esposa e cinco filhos.

É que eu peguei essas informações no início da sessão solene, mas, para ficar nos Anais da Casa, faço a correção: Maria Elce, a esposa, e Maria Tereza, Tânia, Rosana, Flávia e Janary Neto são os cinco filhos.

O Guairacá é advogado socioambientalista, foi um craque da Seleção Brasileira de Futebol de Salão – brilhou no futebol de salão entre 64 e 78 –, foi candidato a Governador em 1990 e tem como filhos Pedro, Tatiana, Ana Paula e Alana, que estão também, acredito, aqui.

O Rudá tem toda essa história também no Estado do Amapá de convivência, de interação com a comunidade na área sociocultural. Rudá, não tenho certeza, mas acho que a sua esposa se chama Socorro e os filhos são Diogo, André, Gabriel e Laiana.

Então, Presidente Sarney, Presidente Randolfe, com estas palavras eu quero encerrar a minha participação nesta merecida homenagem ao nosso Janary Carvão Nunes, grande referência para o Amapá, grande construtor do Amapá, um consenso hoje na história e na cultura do povo amapaense.

Muito obrigado e parabéns à família por ter sido fruto dessa história maravilhosa do Janary Nunes, que construiu o nosso Amapá.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Obrigado, Deputado Sebastião Bala.

Passo a Presidência para o Senador José Sarney.

O Sr. Randolfe Rodrigues deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues, requerente desta homenagem juntamente com o Deputado Sebastião Bala.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador José Sarney, Presidente do Congresso Nacional que preside esta sessão solene em homenagem a Janary Nunes; Deputado Sebastião Bala Rocha, que me dá a honra de, junto com ele, dividir o requerimento que deu origem a esta sessão solene; Ex^{ma} Sr^a Doralice Nascimento, Vice-Governadora do Estado do Amapá; querida Alice Déa Carvão Nunes, segunda Primeira-Dama do Amapá, viúva de Janary Nunes; caríssimo Janary Carvão Nunes, filho de Janary – em seu nome cumprimento todos os familiares presentes nesta cerimônia aqui presentes nessa cerimônia.

Cumprimento também o meu querido Deputado Federal Luiz Carlos, da bancada amapaense que também participa desta sessão solene.

Quero aqui registrar que o Presidente Sarney me surpreendeu ao passar a presidência e me deixa um pouco sem jeito, primeiramente, porque não estou a altura da função e também me emociono ao presidir uma sessão desta natureza em homenagem a um amapaense e brasileiro que nós não sabemos em qual ordem defini-lo: um brasileiro que, pelo amor ao Brasil, se torna amapaense; e o amor ao Amapá o torna mais brasileiro.

Nós estamos na segunda parte das homenagens ao Centenário de Janary Nunes. Eu sei que para a família toda a última sexta-feira foi de muitas emoções lá no Amapá, quando tivemos um pré-lançamento do relançamento do livro *Confiança no Amapá*, uma obra que nós estaremos lançando oficialmente hoje aqui, às 18 horas, na Biblioteca do Senado, editada pela Gráfica do Senado. E, nesse sentido, eu queria agradecer ao Presidente José Sarney pela sua intervenção junto ao Conselho Editorial da Gráfica, que possibilitou reedição de *Confiança no Amapá*, e muito me honra estar ao lado do Presidente José Sarney no prefácio da reedição da obra. Uma obra que é de 1962 e que é uma obra nascente do debate político, é o contraponto a quem foi quem no contrato de manganês produzida meses antes, e que foram instrumentos do grande debate eleitoral daquela eleição de 1962.

Então, hoje à noite estaremos relançando o *Confiança no Amapá*.

Esta sessão solene é para homenagear não somente o amapaense, é para homenagear o brasileiro. Em Macapá, na sexta-feira, nós falamos do amapaense Janary, um amapaense que amou o Amapá e nos fez entender o que é o sentido de amapalidade. O Presidente Sarney relatou aqui aspectos da história amapaense. Uma história, como disse, em Macapá, que não começa com Janary, mas que não tem como ser contada sem falar de Janary. Talvez de vários méritos que já falamos de Janary um deles tenha sido este: a construção do sentimento de amapalidade.

O Amapá, essa terra de civilizações que remonta a cinco mil anos antes de Cristo, cuja capital foi construída, como eu já disse, para ser um modelo de civilização branca portuguesa, a primeira experiência de ocupação do período pombalino na Amazônia. E, ainda bem, esse projeto português – como já disse – fracassou, porque Macapá se miscigenou, se misturou e se tornou um dos Estados mais miscigenados dessa diversidade multiétnica do povo brasileiro.

O Amapá foi esquecido pelo Governo Central, pelo Governo do Brasil no decorrer do século XIX e foi espaço de conflitos, de disputas; e se fez brasileiro por querer ser brasileiro, como muito bem disse o Presidente José Sarney em obra de sua autoria.

O Amapá tem um marco, em 1900, com o laudo suíço, que define o território entre o rio Araguari e o rio Oiapoque definitivamente como territórios brasileiros. Esse Amapá, até a criação do Território Federal, em 1943, tinha sido esquecido e abandonado pelo Governo Central.

Janary foi designado para lá e tomou as medidas iniciais para instaurar a estrutura de Estado. Transfere a capital – já citada pelo Presidente José Sarney – da cidade de Montenegro, então cidade de Amapá, para Macapá e transforma o grande descampado que era Macapá de então em uma urbe desenvolvida, que passa a ser, ao final do período Janary – e essa é a grande distinção: a Macapá de antes de Janary era um descampado; a Macapá depois de Janary é a cidade jóia da Amazônia.

Em uma cidade que não tinha escolas foram construídos, no intervalo de dez anos, vinte grupos escolares. Em uma cidade que não tinha hospitais, foi construído, naquela época, o mais avançado centro hospitalar da Amazônia. Em uma cidade que não tinha música, Janary constrói uma escola de música. Em uma cidade que não tinha ruas, Janary, retomando o planejamento português do século XVIII, abre grandes avenidas e retoma a ideia de planejamento da cidade.

Macapá foi uma cidade assumida por Janary – como já foi dito aqui – com menos de duas mil almas e, depois de Janary, tem mais de 20 mil habitantes.

Não pára por aí, como já foi dito aqui também. Janary pensa, e isso é o que distingue um governante de um estadista. Um governante é aquele que pensa no imediato, no hoje; um estadista é aquele que atende aos anseios do seu povo e pensa no amanhã.

Janary construiu a Companhia de Água e Esgoto do Amapá; fundou a Companhia de Eletricidade do Amapá; abriu espaço para a exploração de manganês no interior do Amapá, e, com os *royalties* do manganês, iniciou a construção da primeira usina hidrelétrica da Amazônia, a usina que depois receberia o nome de seu irmão, Coaracy Nunes, vítima de um trágico acidente aéreo, enquanto Janary ainda governava o Amapá.

Os dois grandes legados de Janary: primeiro, pensou em construir um Estado da Federação, pensou em uma terra não no hoje, pensou em uma terra no amanhã; o segundo grande legado de Janary é que, em virtude de tudo isso e pelo amor que ele dedicava ao Amapá, amor que fez levar dele, vítima da malária,

o primeiro amor de sua vida, amor que fez com que ele criasse seus filhos, casasse com Alice Déa Carvão Nunes, continuasse sua família lá mesmo no Amapá; amor que fez, segundo depoimento que ouvi neste fim de semana, de D. Alice, com que ele, estando na Turquia, voltasse para o Brasil, porque sabia, tinha consciência de que o Presidente que, então, tinha sido vencedor nas eleições de 1961, não ia dar a atenção ao Amapá que tinha sido dada outrora pelo Governo de Juscelino Kubitschek. Um homem que é embaixador do Brasil numa das melhores embaixadas brasileiras no exterior, renuncia à condição de continuar embaixador pelo amor que tem a uma terra. Esse é o segundo grande legado de Janary.

O Amapá é tão acolhedor que, para ser amapaense, não é preciso nascer no Amapá, basta amar aquele canto, basta amar aquela terra. Janary não nasceu no Amapá, mas amou-o como se lá tivesse nascido e lá tivesse vivido os primeiros dias de sua infância. O Amapá se distingue por isto: pelo seu espírito acolhedor, por um povo diverso, miscigenado, de todos os cantos do País – do Rio Grande do Sul, de nordestinos, de sulistas, de pessoas de outras regiões da Amazônia, de pessoas que vêm das ilhas. O Amapá se distingue por isto: por ser um canto acolhedor e por ser forjado por brasileiros. Não é à toa que é uma terra brasileira, porque os que lá viviam decidiram ser brasileiros e emprestaram seu sangue para viver no Brasil.

Mas esse é o Janary amapaense. Há outro Janary que conhecemos pouco, que é o Janary brasileiro; o Janary da campanha do marechal Lott, em 1961, na campanha contra Jânio Quadros; o Janary que foi designado por Juscelino para a presidência da Petrobras. E, quando para lá foi designado, foi um momento decisivo para a história daquela empresa. Era o momento em que a Petrobras ou de fato se consolidava como uma empresa nacional, detentora do monopólio estatal do petróleo, ou, então, cedia às sedições que estavam localizadas no Conselho Nacional do Petróleo, que achavam que a exploração de petróleo no País não poderia ter o monopólio estatal e deveria estar a serviço dos trustes e das multinacionais estrangeiras. (Palmas.)

Foi especialmente devido a Janary, que afirmou o monopólio estatal do petróleo, que, com firmeza, enfrentou os *lobbies* do Conselho Nacional do Petróleo, que, com firmeza, enfrentou os trustes e as *holdings* multinacionais, disse que o petróleo extraído neste território é brasileiro e tem que ser brasileiro.

É assim que Janary, em uma obra de 1956, de Harvey O'Connor, define a importância da exploração estatal do petróleo pelo Brasil:

A Petrobras pertence, de fato e de direito, ao povo brasileiro. A União, o Estado, os Municípios, o povo são seus acionistas. Ser um empreendimento genuinamente nacional, ser uma empresa a serviço do Brasil é o seu galardão. A Petrobras é uma bandeira de luta; é o símbolo da vontade dos brasileiros de contemplar, em curto prazo, a independência econômica da Pátria. Não podemos transferir a ninguém a árdua missão de prosseguir na batalha encetada pelos nossos avós e que tem como meta colocar o nosso povo entre as nações mais prósperas da Terra. Não seríamos dignos de nós mesmos, nem de nossos filhos, se nos conformássemos em servir de satélites eternos de outras potências, quando tudo indica que poderemos contribuir ativamente para a glória da humanidade. Dizia Calógeras, o administrador exemplar, que “o Brasil pede homens e não sombras, energias e não acomodações”. Cabe-nos escrever novo capítulo da história da Pátria. Ontem, nossos ancestrais sonharam com a independência política e, com duros sacrifícios ou derramado sangue, a conquistaram. Aspiraram criar um grande país livre e democrático, onde seus descendentes pudessem viver felizes, e conseguiram, em parte, legando-nos um Brasil imenso.

Resta-nos, agora, completar a sua independência econômica, aproveitando plenamente suas riquezas, para colocá-las a serviço do povo brasileiro.

A luta pelo desenvolvimento é a tarefa de nossa geração.

A Petrobras será fator decisivo para alcançar essa vitória. Janary Nunes.

Esse é Janary. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Randolfe, perdoe-me interrompê-lo, mas eu desejava convidar o ex-Governador Nova da Costa, que se encontra no plenário, para participar da Mesa dos nossos trabalhos. (*Palmas.*)

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Interrupção mais do que devida, Presidente.

Faço também minhas as homenagens ao Governador Nova da Costa, último governador do então Território Federal do Amapá.

Este era Janary: não somente um amapaense, mas especialmente um brasileiro. Quando Janary assumiu a condução da Petrobras, ela estava com uma

produção de 6,5 mil barris por dia. O Presidente Juscelino Kubitschek determina a Janary que aumente a produção para pelo menos 40 mil barris diários. Ao sair da Petrobras, a produção da Petrobras é de 200 mil barris diários, quatro vezes acima do que foi determinado pelo Presidente Juscelino Kubitschek.

A Petrobras não seria brasileira se não fosse Janary. A Petrobras não seria brasileira se não fosse o feito de heróis brasileiros, naquele momento, no final dos anos 50, quando enfrentaram o poder econômico internacional, o poder dos trustes, o poder das multinacionais e afirmaram, alto e bom som: “*A exploração de petróleo é patrimônio do povo brasileiro e deve servir para gerar riqueza para o povo brasileiro*” – como já foi dito aqui anteriormente.

É uma pena, Presidente José Sarney, a não presença da direção da Petrobras nesta sessão solene. Espero contar com eles, mais tarde, na sessão do relançamento de *Confiança no Amapá*. É uma pena, porque nós não podemos esquecer histórias como estas; histórias que nos forjaram; histórias que forjaram o povo no extremo norte do País; histórias que consolidaram a região como o Brasil; histórias, em especial, que forjaram a Pátria brasileira.

Este Brasil é Brasil devido a muitos, tais quais Janary, que tomaram a decisão política de que este povo, esta Nação, esta sociedade aqui construída pode ter autonomia para definir o seu próprio destino. Este Brasil é Brasil devido à liderança de homens que deram exemplos – Janary é um exemplo.

E, como costume dizer, a palavra convence, são os exemplos que nos arrastam. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra, o Deputado Luiz Carlos, pela Liderança do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) na Câmara dos Deputados.

O SR. LUIZ CARLOS (PSDB – AP. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Cumprimento o Sr. Presidente do Congresso Nacional, Ex^{mo} Sr. José Sarney; o Ex^{mo} Sr. Randolfe Rodrigues, Senador do Estado do Amapá, requerente desta sessão solene, conjuntamente com o Deputado Federal Sebastião Bala Rocha, meu colega de Bancada, de quem posso colher toda a sua experiência e dividi-la no dia a dia da nossa atividade parlamentar; a Sr^a Vice-Governadora do Estado do Amapá, Ex^{ma} Sr^a Doralice Nascimento; a Sr^a Alice Déa Carvão Nunes, viúva do homenageado.

Quero destacar também a presença aqui do ex-Governador do Estado do Amapá Dr. Jorge Nova da Costa e dos familiares de quem, hoje, a memória e a história são destacadas: Sr. Guairacá Carvão Nunes; Sr. Rudá Carvão Nunes; Sr. Janary Nunes; Sr^a Maria

Tereza Lasseré Nunes; Tatiana Figueiredo Nunes; Pedro Figueiredo Nunes; Sr^a Flávia Carneiro Nunes, de quem tenho a honra de ser amigo de longa data; Janary Gentil Nunes Neto; Ana Paula Cruz Penante Nunes e Gian Guilherme Cruz Penante Nunes.

Sr. Presidente, o ano era o de 1943. O Brasil, como todo o mundo, sofria os efeitos da maior tragédia a afetar a humanidade: a Segunda Guerra Mundial. A Amazônia não era conhecida por suas florestas, apenas pelos grandes rios que a formavam. Era simplesmente a bacia amazônica habitada por tribos indígenas, na maioria, sem qualquer contato com outros brasileiros. Não existia transporte aéreo, e o correio, excetuadas as capitais de Belém e de Manaus, era feito pela Força Aérea através de um serviço denominado Correio Aéreo Nacional, que, mensalmente, atendia a algumas cidades da imensa bacia. No interior de tão esquecida região, a expectativa de vida era de apenas 45 anos. O tempo era contado em dias, pois o único caminho por lá eram os rios.

Foi nesse cenário que o Presidente Getúlio Vargas decidiu ocupar a esquecida Amazônia. Criou os Territórios Federais de Guaporé, de Rio Branco, do Acre e do Amapá. Nomeou um jovem capitão, ex-Comandante da Companhia de Metralhadoras Antiaérea de Belém, para governar o recém-criado Território Federal do Amapá: o capitão Janary Gentil Nunes. E, neste momento, esta Casa, de forma solene, reúne-se para reverenciá-lo, ao comemorar o seu centenário.

Sr. Presidente e familiares de Janary Nunes aqui presentes, o Amapá e o Brasil possuem um débito com Janary, que, por sinal, foi membro da Câmara dos Deputados por duas Legislaturas, entre 1962 e 1970.

Naquele cenário tão inóspito, Janary chegou ao Amapá. Numa área desmembrada do Pará, com aproximadamente 144 mil quilômetros quadrados, existiam apenas quatro pequenos povoados: Oiapoque, Amapá, Macapá e Mazagão. Assumiu o tão nobre mister de dar novos rumos àquela terra. Por disposição legal, Amapá era a capital. Porém, Janary, com sua visão estratégica, constatou a grande dificuldade de lá permanecer. Amapá, situada às margens de um pequeno rio, afluente de um rio maior, era dependente da maré. Na vazante, os rios secavam, e não havia a possibilidade de se chegar ao Atlântico. Convenceu todos e mudou a capital para Macapá, situada no braço norte do Amazonas, com possibilidade de comunicação comercial direta com Belém do Pará, centro político, cultural e comercial da época.

Com seu espírito de brasilidade, Janary Nunes construiu o Amapá. Deu ares de cidade a Macapá: abriu ruas, criou bairros, construiu escolas e hospitais,

abriu estradas. Criou um serviço de navegação e de abastecimento de água, estabeleceu os denominados serviços industriais, com uma olaria para a confecção de material cerâmico.

Criaram-se os Municípios de Macapá, de Mazagão e de Oiapoque, e se iniciou a rodovia que iria unir os amapaenses, a então BR-15, hoje BR-156.

Aliás, como disse alhures, Janary iniciou a construção do hoje Estado do Amapá e o fez com grande sacrifício pessoal. Nos primeiros anos de seu trabalho, morreu de doença endêmica sua mulher, Iracema Carvão Nunes.

Porém, Sr. Presidente, isso foi apenas um detalhe do trabalho de Janary. Trouxe com ele para o Amapá muito mais do que obras, serviços, saúde, saneamento e bem-estar. Trouxe para o povo algo fundamental: esperança. E o fez através de um lema que, hoje, certamente, seria o cerne de muitas políticas públicas em execução, criou a denominada Mística do Amapá, uma ideia ousada que permitiria transformar o Amapá em um lugar feliz, onde se pudesse viver com dignidade. Esta, certamente, é a maior contribuição para os amapaenses. A Mística do Amapá permitiu o despertar da etnia amapaense, haja vista que a maioria dos amapaenses daquela época não podia olvidar que nasceu paraense. Não é que houvesse algo contra os irmãos paraenses, mas os então amapaenses precisavam de algo mágico, etéreo, que os unisse. A Mística do Amapá preencheu esse espaço.

É bem verdade que Janary, no Amapá, teve seguidores fiéis, mas também adversários ferrenhos. E essa dicotomia, longe de destoar, trouxe mais força ao Amapá, que, sem qualquer dúvida, tinha um grande líder, mas também tinha quem o contestasse. E a contestação, na vida cotidiana, tal como o contraditório no âmbito da Justiça, são irmãos siameses, sobretudo pelo papel democrático que representam. Não foi por acaso que o grande dramaturgo Nelson Rodrigues afirmou que “toda unanimidade é burra”.

E foi esse embate político que fez de Janary Nunes um líder nacional. Essa projeção honrou seus opositores, dentre eles o meu pai, jovem estudante do Colégio Amapaense, que a ele se opôs em 1966 e que perdeu, mas que foi vitorioso em 1970, juntamente com uma plêiade de universitários que elegeu o Professor Antônio Pontes.

Mas isso hoje é apenas história que engrandece o grande brasileiro Janary Nunes, que não prestou serviços somente ao Amapá. Janary Nunes foi presidente da Petrobras, a maior empresa da América Latina tanto naquela época quanto hoje. Foi também

Embaixador do Brasil na Turquia, o que demonstra o tamanho de seu prestígio.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores familiares, na condição de amapaense dúplice, pois nasci nas mãos de uma parteira na cidade de Amapá, no então Território Federal do Amapá, é que, neste momento solene, reverencio Janary Nunes, usando as palavras do poeta, ao dizer: “Quem nesta vida não sofreu é porque não viveu”.

Janary Nunes viveu intensa e apaixonadamente o Amapá de sua época e nos legou a terra maravilhosa que amamos.

Essa é a minha homenagem, em nome daqueles que represento, em meu nome pessoal e em nome da minha família, à história de Janary Nunes.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Teremos, agora, a satisfação de ouvir a palavra de Janary Carvão Nunes, que vai falar em nome da família, agradecendo esta homenagem.

O SR. JANARY CARVÃO NUNES – Bom dia, meus senhores e minhas senhoras.

Ex^{mo} Sr. Presidente do Congresso Nacional, José Sarney; Ex^{mo} senhor requerente da presente sessão do Senado, Senador Randolfe Rodrigues; Ex^{mo} Sr. Deputado Federal Sebastião Bala Rocha; Ex^{mo} Sr. Deputado Federal Luiz Carlos; Ex^{ma} Sr^a Doralice Nascimento de Souza, representando o Governo do Estado do Amapá; meus queridos familiares; minhas senhoras e meus senhores, não vou tomar o tempo de vocês falando sobre Janary Nunes, porque tivemos uma verdadeira aula, aqui, do Presidente Sarney e do Senador Randolfe Rodrigues, que é um historiador, profundo conhecedor da região do Amapá, que já nesta comemoração, desde o dia 1º de junho, vem dando sucessivos depoimentos enaltecendo a presença de Janary Nunes e o período que ele exerceu.

O que eu, particularmente, nesse aspecto, acho é que ninguém faz nada sozinho, e se Janary Nunes conseguiu criar essa mística, que eu acho que é o maior legado do seu governo, foi porque ele contagiou a sua valorosa equipe de pioneiros com excelentes técnicos, com administradores.

Nós temos a felicidade de ter, aqui, presente o Governador Jorge Nova da Costa, que foi pioneiro no Amapá, foi ajudar o Janary Nunes no seu início, e, depois, quando o Presidente Sarney o indicou para Governador do Amapá, tive a oportunidade e a honra de trabalhar com ele como seu assessor especial.

Senador Randolfe – o senhor que é o novo entusiasta dessa missão de rememorar, de lembrar, de criar a memória do Amapá, falando nesse período –,

a bem da Justiça, o Governador Jorge Nova da Costa, em todas as cerimônias de que participei como seu simples assessor especial, em todas elas, ele citava a mística do Amapá, como que querendo conclamar seus assessores e a população a voltar a trabalhar com entusiasmo, com fé, nos destinos do Amapá.

Então, eu não vou mais falar sobre isso. Nós já temos excelentes oradores. O Deputado Bala falou muito bem, assim como o Deputado Luiz Carlos. Acho que ainda vamos ouvir o nosso Governador Jorge Nova, não vamos? (*Pausa.*)

Então, eu queria agradecer não só esta sessão solene ao Presidente Sarney, que a apoiou, ao Senador Randolfe, que teve a iniciativa, e a republicação dessas edições. Mas quero aproveitar a presença da Vice-Governadora Doralice para transmitir os nossos agradecimentos ao Governador Camilo Capiberibe por ele ter aceitado, por ter somado esforços, comungado esforços com o Senador Randolfe em prol da construção do Memorial Janary Gentil Nunes.

Aí, sim, falo em nome da família, profundamente agradecido e honrado que tenha aceitado o governo, porque, sem o Governo do Estado, não se consegue fazer essa obra.

E vai ser uma obra realmente... Vai ser criado um espaço cultural, com biblioteca, para o qual, inclusive, o Presidente Sarney conseguiu os recursos. Vão fazer o espaço cultural na Fazendinha.

Realmente, é digno, até para lembrar, fazer com que as atuais gerações se espelhem e passem a estudar esse período mágico da mística do Amapá.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Ouviremos, agora, a Vice-Governadora do Estado do Amapá, a Sr^a Doralice Nascimento.

A SR^a DORALICE NASCIMENTO DE SOUZA – Bom dia a todas e a todos presentes.

Eu gostaria de, em nome do Governo do Estado do Amapá, cumprimentar o Ex^{mo} Sr. Senador José Sarney, Presidente desta Casa de lei; o Ex^{mo} Sr. Senador Randolfe Rodrigues, que é o requerente desta sessão; o Ex^{mo} Sr. Deputado Federal Sebastião Bala Rocha, Deputado atuante do nosso Estado; o Ex^{mo} Sr. ex-Governador do nosso Estado, Dr. Jorge Nova da Costa; quero cumprimentar carinhosamente a nossa “Segunda-Dama”, como falou o nosso Senador Randolfe Rodrigues, Alice Déa Carvão Nunes; quero cumprimentar Janary Carvão Nunes, que é o filho tão emocionado aqui na sua fala; quero cumprimentar as demais autoridades, como o nosso Deputado Federal Luiz Carlos; quero cumprimentar os senhores filhos do Janary, do nosso primeiro Governador do ex-Território

do Amapá, Guairacá e Rudá; quero cumprimentar os netos Maria Tereza, Tatiana Figueiredo, Pedro Figueiredo Neto, Flávia Carneiro, Janary Gentil Nunes, que é também neto, Ana Paula Cruz, neta do homenageado, o Sr. Jean Guilherme, que é neto do homenageado.

Preparamos, aqui, um discurso, senhores e senhoras, mas não queremos ser tautológicos, repetitivos, em função das falas dos demais que se colocaram aqui, dando uma aula de história.

Senador Randolfe, quero parabenizá-lo pela sua aula de história. É muito importante nunca esquecer as pessoas que contribuíram de forma significativa para o nosso Estado. Está aqui o nosso ex-Governador Jorge Nova da Costa, que também contribuiu e muito para o nosso Estado.

Quem mora na Amazônia sabe muito bem das nossas dificuldades, da nossa peculiaridade regional. Na Amazônia, são ribeirinhos, são quilombolas, são indígenas, trabalhadores rurais e urbanos.

Para quem mora na Amazônia, somos sabedores das nossas dificuldades do nosso dia a dia. Fico imaginando que Janary, anos e anos atrás, dentro de uma floresta, com todos os problemas, conseguiu administrar, conseguiu implementar, como foi colocado aqui, a construção de escolas e de hospitais, enfim, sucessivas ações, sucessivos projetos que foram implementados em prol do desenvolvimento do nosso Estado.

Nós sabemos – sempre falo isto onde tenho oportunidade – que o grande desafio de uma administração pública é promover o desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade. Nós, que somos governantes, temos vários desafios. E, sem dúvida nenhuma, um deles é pensar no presente, pensar no futuro, trabalhar para distribuir renda, trabalhar com respeito pelas culturas locais, pelo meio ambiente, trabalhar para melhorar a qualidade de vida e de trabalho.

Janary, que foi o nosso primeiro Governador do ex-Território do Amapá, sem dúvida nenhuma foi um homem inovador, foi um homem empreendedor, uma pessoa muito simples, muito humilde, para quem teve a oportunidade de conviver com ele.

Ontem mesmo, no aeroporto de Macapá, tive a oportunidade de conhecer a sua viúva, a D. Alice, seus filhos, que eu já conhecia, que falaram com bastante propriedade, com bastante emoção de uma pessoa que contribuiu e muito para o nosso Estado.

Nós, que somos governantes, sabemos que a nossa peculiaridade regional, principalmente para quem vive na Amazônia, é muito difícil, muito difícil, porque sabemos que temos vários problemas sociais a serem resolvidos, e eu fico aqui imaginando, à época,

as dificuldades que teve o Janary, que teve o nosso ex-Governador Jorge Nova da Costa.

Trabalhar com a produção sustentável, com a inovação e com a competitividade, com a implantação de uma infraestrutura também para o desenvolvimento sustentável com a inclusão social e cidadania, senhoras e senhores, não é fácil para quem mora na Amazônia. E todos os governantes que por lá passaram deixaram a sua contribuição.

Hoje, em nome do Governo do Estado do Amapá, quero fazer novamente, como todos colocaram aqui, uma saudação carinhosa, calorosa do nosso povo amapaense a uma pessoa que foi muito, muito importante para o crescimento e para o desenvolvimento, tanto econômico quanto social do nosso Estado, o Amapá, à época ex-Território, que foi o nosso ex-Governador Janary Nunes.

Quero cumprimentar seus familiares e dizer que o povo do Amapá precisa, sim, resgatar a sua história e implantar esse memorial. O nosso Governador Camilo já se comprometeu, através de emendas – e peço perdão se eu estiver enganada – do Senador José Sarney, no valor de R\$10 milhões, para construirmos esse memorial, para não esquecermos da memória, para não esquecermos as pessoas que trabalharam pelo nosso crescimento e pelo nosso desenvolvimento.

Em nome do povo do Estado do Amapá, os nossos agradecimentos a Janary.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O ex-Governador Jorge Nova da Costa comunicou à Mesa que também queria prestar uma homenagem a Janary Nunes.

O SR. JORGE NOVA DA COSTA – Desejo cumprimentar a todos e dizer que serei rápido. Quero saudar aqui nosso Ex^{mo} Presidente do Congresso Nacional, Sr. Senador José Sarney, requerente da presente sessão no Senado; o Ex^{mo} Sr. Senador Randolfe Rodrigues – quando eu cheguei no Amapá, ele ainda não tinha nascido –; a Vice-Governadora do Estado do Amapá, Ex^{ma} Sr^a Doralice Nascimento Souza, que é uma pessoa integrada à região e que muito me sensibilizou nas referências feitas à nossa vida lá; a Ex^{ma} Sr^a Alice Déa Carvão Nunes, viúva do homenageado; e o Sr. Janary Carvão Nunes, que vi pequenininho no palácio residencial e que depois se tornou um grande colaborador.

Vou resumir aqui e acrescentar algumas coisas, saudando os Ex^{mos} Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras presentes. Fui para o Amapá há 62 anos. Formei-me em uma escola rural federal no Rio de Janeiro. No ano de 1948, nós tivemos o orgulho de receber a visita de quem? De Janary Nunes, recém-Governador

do Amapá, que saía pelo Brasil afora para convocar técnicos. Eu cursava o terceiro ano, e o destino entrou em nosso apartamento. Nós estávamos estudando e um lá falou: “Olha este Jorge aqui é irmão do ajudante de ordem lá da Presidência da República”, que era o Presidente Emílio Gaspar Dutra. E ele disse: “Ah, o Clóvis é meu amigo”.

Bem, vamos avançar mais no tempo. Formei. Entusiasmado por um professor, eu queria me especializar em solos. Fui ao palácio falar com meu irmão que eu desejava ficar no Rio, especializar-me e trabalhar em solos. Nisso, quem entra no palácio, meu Presidente Sarney? Janary Nunes. E a primeira coisa que ele falou para o Clóvis: “Onde está aquele seu irmão?”. Ele disse: “Sentado ali, esperando a vez”. Não tive oportunidade. Ele disse: “Vai trabalhar comigo”. Aí eu fui ao escritório – vamos também lembrar – na rua Nilo Peçanha. Estava lá o Pauxi Nunes, que foi um grande colaborador do Governador Janary também. Ele disse: “Já tem uma ordem aqui para nomeá-lo, letra k”. Eu ganhava uma bolsa de R\$500,00. Nunca vi tanto dinheiro na minha vida. Recebi um salário de R\$3.420,00. Essa foi uma parte. E ele me disse, quando me apresentei lá, que o diretor queria me mandar para o Oiapoque, foi lá propor a ele que me mandasse para o Oiapoque. Eu já tive um irmão lá, tenente, malária, uma região ainda em começo. Ele disse: “Como é o nome desse agrônomo?”. “Jorge Nova da Costa.” “Não. Ele vai ficar em Macapá. Vai dar um curso a todas as professoras, para que organizem, em cada escola, no interior do Estado, uma horta. E orientar o dono da propriedade, que ainda não era bem definida, a fazer um pomar”. Bem, isso foi para mim uma grande alegria. E montamos um trabalho sério, com o apoio... O Janary já tinha trazido animais, já estava com horta definida, produção de mudas na fazendinha. Eu dizia assim: “Fulano, separa aí as mudas porque vou precisar, porque vou dar um curso prático para todos os que têm a honra de ter esse curso”. E quem esteve lá? A senhora do ex-Governador Amílcar Pereira da Silva, que, além de médico, trabalhou no Oiapoque. O Amapá tinha uma visão de relação econômica com outros países também, tinha essa possibilidade. E essa senhora também foi minha aluna.

Bem, vamos avançar mais um pouco, até chegar ao Sarney. Aí, volto do Amapá, por decisão de um Ministro do Presidente Sarney, Costa Couto, que era homem de confiança dele. A crise estava estabelecida, e o Dr. Ulysses Guimarães: “Eu só nomeio alguém que seja do PMDB. Por quê? Já mandei um da Frente Liberal, o Sr. Getúlio Cruz, para Roraima, onde meu

irmão foi Governador também”. Eu disse: “Eu não tenho nem partido!”.

Mas fui. Cheguei lá. A primeira coisa, quando desci do avião – estava uma crise terrível – é que fui carregado, e uma senhora chegou perto de mim e disse: “Ainda tenho as suas apostilas daquele ano em que o senhor foi agrônomo aqui”. Eu disse: “Então, fico satisfeito, porque a senhora produziu, fez a sua horta e ajudou a sua comunidade”.

Mas vou encerrar agora, fazendo justiça. O meu colega, que me indicou para lá, logo que o conheci... Fui contemporâneo do então Presidente Sarney nos maristas. Não me lembro muito dele, porque eu já estava saindo, e ele estava no primário. Mas outro dia eu lhe disse: “Sarney, tudo que tenho devo aos maristas”. E ele me disse: “Eu, também”.

Bem, muito já se falou aqui. Acho que o Randolfe foi brilhante, é de uma nova etapa, mas quero também prestar minha homenagem a Getúlio Vargas. Por quê? Getúlio Vargas criou o Inpa (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia), um instituto nacional de produção agrônômica no Estado, que fui conhecer. E, quando estive, numa primeira etapa – cheguei com o apoio do meu amigo e conterrâneo, que hoje nos dá a honra... Quantos já puderam chegar aqui do Norte e serem presidentes do Congresso Nacional? Quantos? E temos aqui, no Presidente Sarney, uma pessoa autêntica. Ele escreveu um documento, do qual só tenho um exemplar, e recomendo que todos leiam: “O Amapá vai ser grande”. Esse pronunciamento está arquivado, e foi feito no dia 17 de março de 1992, no Senado Federal, pelo Presidente José Sarney, Senador pelo Estado do Amapá. Uma grande visão do Sarney.

Eu levei a ideia da interiorização do desenvolvimento, porque uma região só com produção primária de minerais não vai adiante, já que a balança de pagamento será sempre negativa. E o Presidente Sarney teve a prioridade e a inteligência de criar a Zona Livre do Amapá para abrir espaço e aceitar todos aqueles que quisessem lá aplicar seus recursos e desenvolver o território.

Então, é um documento que vai enriquecer muito esta sessão, além de tudo o que já foi dito aqui, porque o Amapá foi uma região privilegiada, visto que a decisão dele, entre outras atitudes que tomou lá, fez com que o Amapá tivesse a integração nacional. E ele foi o primeiro e único Presidente que visitou o Amapá, a meu convite, para que tivesse a ideia – ele já conhecia –, porque o Amapá, quando ele vivia no Maranhão e escrevia, já era vinculado à região geoeconômica do Norte.

Então, esse documento, Sr. Presidente, marca e dignifica esta sessão. Quando teremos outra vez, como Senador da República e como Presidente do Congresso, um representante do Amapá? Parabéns, Presidente. Brilha uma luz na terra para todos. Nós também queremos homenagear aqueles que ajudaram o Janary Nunes, vítima de um acidente. E quero deixar também a minha palavra de reconhecimento a todos que participaram desta sessão, porque Janary Nunes foi um dos melhores governadores, e teve uma visão incalculável de abrir espaço para que o Amapá fosse uma grande unidade da Federação e da região amazônica.

Muito obrigado. Desculpem-me a emoção, mas há 62 anos fui para aquela região e só ganhei com isso.

Quero dizer, para encerrar, que, como agrônomo, trabalhei a 300 quilômetros do Amapá. Só para completar. Um dia, passou uma fortaleza voadora querendo fazer uma torre para rastrear os satélites. Naquele tempo, em 1950... Enviei um comunicado a Belém, e ninguém sabia da presença daquele avião. O Amapá já era uma região que despertava interesse, como o Presidente Sarney coloca aqui, no mercado internacional, em regiões da Europa, em todas as regiões a que ele se refere aqui com muita propriedade. Como se não bastasse, houve também a grande aula do nosso Randolfe Rodrigues, um jovem que não era nascido quando cheguei lá, um jovem que está marcando presença com muita dignidade. O Amapá será grande com seu trabalho.

Muito obrigado. Que Deus abençoe a todos nesta grande reunião de saudade e de história. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Ao encerrar esta sessão, quero agradecer a todos pela presença que honra o Senado Federal nesta justa homenagem a Janary Nunes. Quero agradecer, sobretudo, à sua esposa, que aqui está, com seus filhos, com seus netos. Naturalmente, ela está muito feliz. E Janary também, por ver a continuidade das gerações que ele deixou e que continuam a receber tudo o que ele realizou na sua passagem pelo Brasil, desde o grande nacionalista, desde o grande oficial do Exército, homem que foi pioneiro, que foi para aquela área de Clevelândia. Passou, primeiro, como oficial; depois, como comandante. Depois, com essas ideias todas, ele teve grandiosa atuação no Amapá, desde as pequenas até as grandes coisas. Entre as pequenas, como acaba de dizer Jorge Nova da Costa, estava a ideia de fazer hortas comunitárias, que hoje se julga ser uma grande novidade na agricultura familiar; pois Janary já tinha pensado nisso. E havia as grandes coisas nas quais ele pensava para o Amapá, como o minério, como a hidrelétrica e, sobretudo, a posição do Amapá numa região estratégica, algo com que ele sonhou. Ele tinha a certeza de que o Amapá seria um dos maiores Estados do Brasil, e o Amapá tem em suas raízes a presença de Janary Nunes.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas.)

Ata da 13ª Sessão Conjunta (Solene), em 4 de junho de 2012

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. Rodrigo Rollemberg

(Inicia-se a sessão às 12 horas e 36 minutos e encerra-se às 13 horas e 59 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB-DF) – Declaro aberta a sessão solene do Congresso Nacional destinada a comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente.

Convido para compor a Mesa o Exmo. Sr. Senador Fernando Collor, o Exmo. Sr. Deputado Federal Antonio Carlos Mendes Thame, o Exmo. Sr. Ministro do Superior Tribunal de Justiça Herman Benjamin e a Sra. Secretária de Cidadania e Diversidade Cultural, Márcia Rollemberg, representando a Ministra da Cultura, a Exma. Sra. Ana de Hollanda. *(Pausa.)*

Convido a todos para, de pé, acompanhar o Hino Nacional, que será executado pela Banda de Música da Polícia Militar do Distrito Federal, sob a regência do Primeiro-Tenente Paulo de Oliveira Mendonça.

(É executado o Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB-DF) – Agradeço à Banda de Música da Polícia Militar do Distrito Federal, regida pelo Primeiro-Tenente Paulo Mendonça. É uma alegria tê-los aqui e uma honra.

Quero cumprimentar os alunos da Escola-Classe 66, do Condomínio Sol Nascente, da Ceilândia, que muito nos honram com sua presença aqui.

Agradeço também ao cantor Carlinhos Brown o vídeo cedido sobre meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB-DF) – Vamos, inicialmente, ouvir as palavras do Senador Fernando Collor, pela Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro no Senado Federal.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL. Pela Liderança. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmo. Sr. Presidente desta sessão, Senador Rodrigo Rollemberg; Exmo. Sr. Ministro do Superior Tribunal de Justiça Dr. Herman Benjamin; Exmo. Sr. Deputado Federal Mendes Thame; Exma. Sra. Secretária de Cidadania e Diversidade Cultural, Sra. Márcia Rollemberg, representando a Ministra da Cultura, a Exma. Sra. Ana de Hollanda; Sras. e Srs. Senadores, senhoras e senhores e jovens aqui presentes, comemoramos amanhã, dia 5 de junho, como

todos sabemos, o Dia do Meio Ambiente, ocasião propícia para nos engajarmos num exercício prospectivo, principalmente por estarmos a poucos dias do início da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.

Amanhã, com a presença do Sr. Ministro das Relações Exteriores, o Embaixador Antonio Patriota; da Sra. Ministra do Meio Ambiente, Dra. Isabella Teixeira, e do Secretário Geral da Rio+20, Embaixador Sha Zukang, o Governo brasileiro fará a entrega da sede da conferência, o Riocentro, para a Organização das Nações Unidas, que passará a administrá-la. Essa cerimônia representa a transformação provisória daquela área em território internacional. Simboliza o primeiro ato da realização da Rio+20.

Contudo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Ministro, demais autoridades e convidados, é importante resgatar algo da memória da Eco 92, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada na mesma cidade do Rio de Janeiro há exatos 20 anos. Foi um momento de grandes sonhos, de grande generosidade e de intensa participação da sociedade civil, sempre em busca de um mundo melhor, e marcou um divisor de águas na discussão ambiental.

Com a Eco 92, alcançamos o consenso em torno de questões essenciais para a sobrevivência do planeta. Assinamos a Convenção da Biodiversidade, a Convenção do Clima, a Agenda 21, os Princípios do Rio, entre outros documentos e acordos. Foram marcos de referência para que todos os signatários tivessem uma pauta do que fazer em suas respectivas instâncias nacionais.

O espírito da Conferência estava baseado no entrelaçamento da justiça social, da preservação ambiental e da equidade econômica, não só entre os países, mas também nos seus âmbitos domésticos. Foi o resultado da visão convergente, desassombrada, entre movimentos sociais, a ciência e os Estados soberanos. O cenário internacional era, então, significativamente diverso. Os temas ambientais não tinham a urgência que hoje ostentam.

O mundo mudou dramaticamente desde 1992, e não necessariamente para melhor. O desenvolvimento sustentável, princípio basilar lançado na Eco 92, foi sacrificado em vão no esforço de preservação de um modelo econômico em crise, como hoje dão triste testemunho os países da Zona do Euro e, antes mesmo deles, os Estados Unidos.

O atual sistema de desenvolvimento, baseado no uso intensivo de recursos naturais, está falido e enfrenta, como consequência, elevação de custos, queda da produtividade e danos irreversíveis – irreversíveis – à vida no planeta.

Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, do Senado Federal, Sr. Ministro Herman Benjamin, Sr. Deputado Mendes Thame, ilustre representante da Ministra Ana de Hollanda, senhoras e senhores, foi com a clareza desse cenário negativo e com a certeza da urgência de providências, que apresentei, em 2007, requerimento aqui no Senado Federal propondo que o Brasil sediasse uma Conferência em 2012, a Rio+20. Aprovada a proposição em varias Comissões e no plenário da Casa, levei, então, a sugestão ao então Presidente Lula, que a acatou e determinou ao Ministro das Relações Exteriores que fizesse o oferecimento correspondente às Nações Unidas, o que foi aceito pela Assembleia Geral, em sua última sessão plenária do ano de 2009.

Sugeri a data de 2012 por dois motivos. Inicialmente, para marcar a passagem de 20 anos da Eco 92, mas, principalmente, para sinalizar para os próximos 20 anos. Esse é o simbolismo do nome da Conferência – Rio+20 —, que significa olharmos para o futuro, para as próximas duas décadas e imaginar o que fazer para evitar o cataclisma global que se anuncia.

A inspiração para a realização da Conferência em 2012 foi também a iminência do fim da vigência, ainda este ano, do Protocolo de Kyoto, talvez a peça mais importante da Convenção sobre Mudanças Climáticas, mas que, por inobservância dos maiores poluidores históricos, pouco contribuiu para a mitigação na emissão de gases de efeito estufa. Imaginava que, uma vez aprovado o oferecimento brasileiro, pudéssemos retomar a discussão sobre um acordo internacional que viesse a substituir o Protocolo de Kyoto. Na Reunião das Partes, a COP 17, recentemente realizada em Durban, foi unicamente graças aos ingentes esforços da delegação brasileira lá presente que aquele protocolo não foi precocemente sepultado.

Apesar de não constar formalmente da estreita agenda da Rio+20, estou seguro que será impossível aos líderes mundiais elidir a discussão a respeito de um acordo internacional sobre mudanças climáticas

que tenha força jurídica e metas claras e definidas a serem observadas.

Nem todos os países efetivamente se empenharam em observar a Agenda 21. As emergências estão aí, a todo momento, a nos alertar para a gravidade da situação. O silêncio sobre o assunto é irresponsável e será, estou seguro, punido nas urnas por eleitores que são mais perspicazes que seus líderes.

Tudo isso nos levou ao assim chamado déficit de implementação, mais visível em mudanças climáticas, mas igualmente grave no concernente à Convenção de Biodiversidade e especialmente importante para países que, como o Brasil, são megabiodiversos. Assim, o Brasil vai se apresentar na Rio+20 como um país que está na vanguarda da luta pela preservação do planeta, pela combinação dos três pilares do desenvolvimento sustentável: o ambiental, o social e o econômico.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Ministros, autoridades e convidados, chegou a hora de assumirmos de vez que é necessário formular um novo paradigma de desenvolvimento. É urgente transformar não só nossos atuais modelos de produção e de consumo, mas também rever nossos conceitos, nossas formas e índices de medição do desenvolvimento. Afinal, modelos econômicos que vão do socialismo de Estado mais radical ao capitalismo mais selvagem demonstraram-se absolutamente insuficientes, ineficientes e insustentáveis. São teorias econômicas e sistemas financeiros falidos, que não se coadunam mais com as necessidades da sobrevivência da vida no planeta.

É mandatário encontrar fórmulas de crescimento, progresso e desenvolvimento que não sejam instrumentos de retroalimentação da cadeia econômica nos moldes atuais, a começar pelo próprio sistema de financiamento de recursos e patrocínios oriundos desse mesmo modelo vigente. Precisamos elevar nosso nível de ambições e ter coragem de inovar, encontrando novas formas de produção e de consumo, tudo isso com a convicção de que há limites para a utilização desordenada dos recursos naturais. Para isso, precisamos despertar. E contamos com isso, porque é condição sine qua non despertar a consciência universal.

O mundo já alcançou a marca de 7 bilhões de seres humanos. Desses, boa parte constitui o mundo em desenvolvimento e excluído historicamente de níveis de consumo razoáveis. Mas essa situação está mudando, porque países como o Brasil, a China, a Índia, a Rússia e a África do Sul estão crescendo a taxas superiores às dos países das economias centrais e, com isso, incorporando contingentes populacionais antes colocados abaixo da linha de pobreza. Não se trata, então, de explosão demográfica, mas de

explosão de consumo. Explosão de pressão sobre os nossos recursos naturais.

Essa ascensão é socialmente justa e moralmente imperativa. Há, no entanto, de se reconhecer que esse cenário, incorporando bilhões de novos consumidores, impõe níveis elevados de exigência sobre recursos finitos, antes mesmo de se atingir o aumento esperado da população global, o que já é de grande preocupação para a sustentabilidade do planeta.

O novo paradigma que defendo dependerá de uma consciência global. Em primeiro lugar, da falência dos sistemas econômicos atuais; em segundo, do ativo engajamento da sociedade civil na formulação de novos rumos.

A sociedade civil deverá empenhar-se na defesa de um novo modelo e se convencer de que esse novo modelo começa a ser construído a partir de cada um de nós. Das pequenas decisões do dia a dia, no consumo da água e da energia, na escolha do meio de transporte, enfim, fugir dos excessos impostos por modelos ostentatórios e do consumo conspícuo. Serão mudanças salutaras para toda a humanidade. Trata-se, assim, da participação voluntária da sociedade civil, consciente dos perigos à frente, para sensibilizar seus Governos.

Haverá, é evidente, um período de transição entre o modelo superado e ineficiente em que hoje vivemos para uma economia – à falta de melhor nome – chamada de “verde”. Essa transição proporcionará avanços importantes na inovação tecnológica, no progresso da ciência e incentivará novos talentos a se desenvolverem, criando espaços no mercado de trabalho para as futuras gerações. A indústria e os cidadãos deverão, portanto, se “reinventar”, isto é, se readaptar a novos padrões de produção, distribuição e consumo.

Sr. Presidente, senhoras e senhores, é certo que há resistência de diversos países em se comprometer com metas, o que pode eventualmente dificultar a adoção de decisões mais corajosas durante o Segmento de Alto Nível. O Governo brasileiro, contudo, está empenhado em evitar que a Conferência seja palco de recriminações recíprocas, muito menos de negociações outras que não vinculadas ao tema maior. Ao contrário, propõe que a Conferência seja palco de reflexão de cada um dos Chefes de Estado e de Governo sobre como avançar em relação aos ganhos obtidos na Eco 92 e assumir o compromisso tácito de que é uma obrigação de cada um de nós explorar vias para a preservação da vida em nosso planeta.

Quanto à questão da agenda que foi imposta à conferência – “Economia Verde no Contexto do Desenvolvimento Sustentável e Erradicação da Pobreza” e “Governança Global” —, como já mencionei em diver-

sas ocasiões, são mandamentos estreitos, secos, e dificilmente abarcarão os interesses de todos os países presentes. Contudo, devemos cuidar para que o primeiro, a Economia Verde, não se transforme numa nova modalidade do chamado protecionismo comercial, de restrição ao comércio internacional, por meio de imposição de barreiras não tarifárias e condicionais alheias à economia, tais como os chamados “selos verdes”, pelas grandes potências. E o segundo, a Governança Global, não se transforme em instituição internacional encarregada de classificar produtos, decidindo que linhas de produção são sustentáveis ou não.

Essa questão, Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg, me traz ao tema do Princípio do não retrocesso, aqui também tão bem defendido por S.Exa. o Ministro do Superior Tribunal de Justiça Herman Benjamin. Não podemos, de forma alguma, permitir que acordos ou tratados internacionais a serem negociados na Rio+20 ou em foros outros – agora ou no futuro – possam diminuir o nível de compromisso com o meio ambiente até aqui alcançado. Os compromissos alcançados 20 anos atrás foram seminais e modificaram a forma de entendimento de como o homem interfere e se relaciona com o planeta. Não há como tergiversar com eles ou impor limitações ao seu escopo.

Não podemos permitir qualquer forma de retrocesso, de imposição de visões canhestras ou permitir que a vista míope de alguns poucos países possa prevalecer. O Brasil tem a obrigação de não permitir que dificuldades econômicas de curto prazo contaminem as discussões da Rio+20; tem o dever de exercer uma liderança natural e benévola, porém firme e decisiva, para garantir que o patrimônio conceitual e jurídico, acumulado na Eco 92, não seja vítima de esbulho.

Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Deputado, Sra. Secretária, senhoras e senhores, jovens, é preciso reconhecer que estamos nos desenvolvendo de forma insustentável para o planeta. O paradigma de crescimento econômico hoje vigente está esgotado e é, em grande parte, fonte das crises sucessivas que sofreremos, sejam elas sociais, ambientais ou econômicas. Não há solução paliativa. Não há. Há, portanto, de se engendrar novos mecanismos e conceitos capazes de explorar formas de superação do panorama atual.

Se o planeta é vítima do “déficit de implementação” das obrigações assumidas há vinte anos, não pode, por outro lado, de forma alguma, ser punido por um “déficit de lideranças” mundiais. O momento exige de seus líderes visão descortinada, coragem política e clareza de propósitos. É imprescindível compreender que essa talvez seja a última grande chance de evitar uma calamidade de proporções inimagináveis.

Estamos frente à possível extinção da própria raça humana – e não exagero quando assim falo. Porém, antes de isso acontecer, submeteremos nossos cidadãos a sofrimentos de toda espécie: assistiremos a batalhas por água; multidões serão dizimadas pela fome. E esse, com certeza, não é o futuro que nós queremos. Depende do esforço de todos – indústria, sociedade civil, governos – assegurar um mundo sustentável para as gerações vindouras. É nosso dever, Parlamentares e cidadãos deste planeta, trabalhar para tornar isso possível.

Para concluir, Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg, quero cumprimentá-lo pela iniciativa de realizar esta sessão comemorativa ao dia 5 de junho, data em que celebramos o Dia Mundial do Meio Ambiente.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, senhoras e senhores.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Fernando Collor, a quem cumprimento pelo pronunciamento.

Receba V.Exa., que, na condição de Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tem levantado esse debate, cobrando, inclusive do Governo brasileiro, e de todos os países, atitudes ousadas e avançadas em relação à preservação do meio ambiente e aos resultados da Conferência Rio+20, os meus cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Registro, com muita alegria, a presença entre nós da Embaixadora das Filipinas, Exma. Sra. Eva Betita; do Embaixador do Nepal, Exmo. Sr. Pradhumna Bikram Shah; do Diretor do Jardim Botânico de Brasília, Sr. *Jeanitto Gentilini*, e do idealizar do Projeto Rios Voadores, Sr. Gérard Moss – a propósito, lembro que o lançamento da exposição será amanhã, às 17h30min, aqui no Senado.

Registro mais uma vez, com muita alegria, a presença de alunos da Escola-Classe 66, do Condomínio Sol Nascente, da Ceilândia, e dos Srs. Vinícius Benevides, Presidente da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal – ADASA, e Marcos Dantas, Presidente do PSB do Distrito Federal, que também muito nos honram com sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Vamos ouvir agora as palavras do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, pela Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Exmo. Sr. Senador Rodrigo Rollemberg, signatário da presente sessão; Exmo. Senador Fernando Collor, que

fez uma belíssima exposição; Exmo. Ministro Herman Benjamin, que tanto contribuiu para que o País tivesse uma legislação moderna na área de direitos difusos e defesa do consumidor, e o Brasil muito lhe deve; Exma. Sra. Márcia Rollemberg, Secretária de Cidadania e Diversidade Cultural, aqui representando a Ministra da Cultura, a Sra. Ana de Hollanda; Srs. Embaixadores; estimados amigos; autoridades presentes, é uma satisfação poder falar em nome do PSDB e da Liderança da Minoria na Câmara neste momento em que comemoramos a véspera do Dia Mundial do Meio Ambiente.

A história mundial da preocupação com o meio ambiente é muito recente. Há apenas 40 anos tivemos a primeira reunião da ONU a respeito do assunto, em Estocolmo, em 1972. De lá para cá, nestes curtos 40 anos, vivemos um alentador processo de conscientização ambiental.

A Declaração de Estocolmo fez um diagnóstico. Na realidade, naquela época, não havia cientistas relacionados ou trabalhando full time com meio ambiente. Havia físicos, meteorologistas, oceanógrafos, pessoas que percebiam que alguma coisa não ia bem e que conseguiram expressar as suas preocupações na Declaração de Estocolmo, que, além de fazer um diagnóstico, prescreveu medidas de políticas públicas. E muitos países adotaram, nas suas legislações nacionais, preceitos de proteção ambiental que nasceram dessa Declaração.

A partir de então, tivemos, na evolução do Direito Ambiental, no mínimo três fases. A primeira foi de proteção, com leis de comando e controle dizendo que tinham de ser tomadas certas medidas para proteger e preservar o ambiente, caso contrário, incidiriam multas, penalidades. E para cumprir essas leis, evidentemente, os países tinham de contratar um exército de fiscais, porque eram leis de comando e controle, características da primeira fase do Direito Ambiental.

Aí, adveio a segunda fase, a de proteção e prevenção. Surgiram leis como, por exemplo, a que determina que, na cabeceira de um rio, não se pode instalar uma indústria química que produza cetonas e outras matérias-primas, que, em caso de erro humano, podem causar grande estrago. Então, preservaram-se as regiões de nascentes, as regiões a montante, por meio de leis de prevenção, mas foram mantidas as leis de proteção, as leis de comando e controle.

Em seguida, adveio a terceira fase, que engloba a proteção, a prevenção e o estímulo. Foi quando se começou a utilizar o caráter extrafiscal da tributação para induzir comportamentos. Uma revolução! Uma área protegida ou que tinha anteriormente de ser protegida pelo Estado pôde passar a ser protegida pelo setor privado, desde que ele preservasse – ele teria o

direito de colocar lá um hotel, um SPA, mas utilizando no máximo 5% da área. Ele ficava livre de pagamento de IPTU e de outros tributos, sendo estimulado, dessa forma, a ter comportamentos ambientais desejáveis pela sociedade em determinado momento da sua história. Era a terceira fase.

Não foram esses, porém, períodos estanques, separados, isolados: um período de proteção, outro de prevenção, e o terceiro de proteção, prevenção e estímulo. Não! Nesse interregno, surgiram ideias que entremearam todo esse processo de conscientização.

Por exemplo, nesse período, surgiu a ideia de sustentabilidade. Uma revolução no Direito Ambiental! Afinal, disseminou que não bastava proteger, tinha-se de produzir e proteger. Produzir e proteger: esta era a ideia da sustentabilidade. O desenvolvimento sustentável era alicerçado na produção, que, por sua vez, era uma resposta do consumo. Ou seja, o consumo tinha de ser sustentável para termos uma produção sustentável, para que o desenvolvimento fosse sustentável.

O tripé do desenvolvimento sustentável, baseado no econômico, no social e no ambiental, o three bottom line, se refere à produção: produzir de uma forma econômica, sem afetar outras produções, produtos que competiam pelos mesmos fatores; produzir de uma forma socialmente responsável, sem agredir direitos das pessoas que estavam lá produzindo e trabalhando e sem agredir a natureza, respeitando-se os preceitos ambientais.

E é nesse arcabouço que vimos, durante esse período, se inserirem coisas novas e coisas que, para outros países, não são novas. Por exemplo, a Alemanha fez uma reforma tributária ecológica, uma reforma tributária que prestigiava aquilo que era energia limpa e sobretaxava a energia suja, para induzir comportamentos.

É também dentro desse conceito, desse arcabouço jurídico que se insere um conceito novo de economia verde, que estamos começando a construir. Refiro-me à extensão da ideia de consumo verde, em que a pessoa não procura apenas comprar aquilo que melhor atende às suas necessidades do presente pelo menor preço e pela melhor qualidade, mas tem também a preocupação de que a produção daquele objeto não esteja agredindo os recursos naturais, para que as futuras gerações possam igualmente usufruir desses recursos, como nós usufruímos.

E é dentro desses parâmetros, dessas ideias gerais, que podemos tirar algumas ilações juntos nesta data privilegiada de hoje.

Em primeiro lugar, não podemos ignorar o papel do Brasil como produtor de alimentos e um dos pouquíssimos países com excedentes exportáveis. Temos

hoje uma população de 7 bilhões de pessoas e poderemos, em 30, 40 anos, chegar a 9 bilhões de pessoas. Há aqui não apenas uma pressão demográfica, mas também uma pressão de aumento de consumo pela inclusão de mais pessoas no processo produtivo. Portanto, nossas medidas aqui não podem ser apenas de proteção, têm de ser medidas sustentáveis, que aliem essa produção de alimentos à preservação dos recursos naturais.

Segunda ilação: temos condições de elaborar e manter uma legislação ambiental que efetivamente proteja a nossa biodiversidade e as nossas florestas. Estamos no epicentro da discussão do Código Florestal, procurando encontrar um meio, um caminho que consiga realmente alcançar esses objetivos. Foi assim na aprovação da Lei da Mata Atlântica. Ocorreu uma disputa terrível, mas, 90 dias depois, ninguém mais falava sobre essa lei. Sinal de que cumpria bem – e até hoje é assim – o seu papel. Essa lei conseguiu fazer com que, naqueles Estados onde há Mata Atlântica, houvesse conciliação de objetivos, preservando-se e até ampliando a cobertura florestal.

Terceiro princípio: precisamos alterar radicalmente o nosso modelo de locomoção urbana e interurbana, hoje baseado no transporte individual e no modal rodoviário. Não dá para continuar estimulando cada vez mais a aquisição de automóveis individuais. Há, às vezes, vários automóveis por família. Nós temos de alterar esse modelo, estimulando o transporte coletivo e outros modais de transporte, como o hidroviário e o ferroviário, a fim de cobrir este País continental em que temos o privilégio de viver.

Quarto ponto: precisamos modificar em 180 graus o uso do caráter fiscal da tributação, para direcioná-lo ao estímulo de comportamentos desejáveis. Vejam que estamos às vésperas de afundar um programa que serviu de cartão-postal do Brasil, o PROÁLCOOL, de produção de etanol. Estamos assistindo à morte desse programa. Se este Governo – e ainda há tempo – não tomar rápidas medidas, vamos à Rio+20 com um exemplo tremendamente negativo, pois teremos conseguido destruir um programa que nos permitia ter biocombustível proveniente da cana-de-açúcar. Como? Por quê? Porque, em lugar de subsidiar o biocombustível, o biodiesel, estamos subsidiando o petróleo, a gasolina, impedindo o seu aumento. Temos de reverter completamente essa situação, para que o fim do etanol não seja uma marca deletéria do atual Governo.

Podemos utilizar esses estímulos fiscais e também esse caráter extrafiscal da tributação, no caso da reciclagem, estimulando tremendamente essa prática, porque já temos esse embrião para diversos produtos. Basta que estipulemos créditos presumidos, diminu-

amos a tributação daquilo que utiliza matéria-prima reciclada.

Acreditamos também que as políticas imediatistas e de curta visão, baseadas estritamente no aumento do consumo, como acabamos de ver, estimulando a compra de automóveis por meio da diminuição de impostos incidentes sobre veículos novos, sem exigência de contrapartidas ambientais ou ecológicos da indústria automobilística, precisam acabar. Não podemos desperdiçar essas oportunidades.

É tempo, é momento de o Brasil, muito mais do que levar propostas consistentes de metas de sustentabilidade à Rio+20, exigir de forma incisiva que conste, de todos os documentos da Organização Mundial do Comércio, que bens ambientais e serviços ambientais não pagam impostos no comércio internacional. Isso já esteve previsto naquele rascunho inicial da Declaração de Doha e não foi para frente porque não houve um apoio decidido de países interessados em introduzir essa cláusula.

Para encerrar, Sr. Presidente, resalto que podemos dar um imenso exemplo. Mais do que levar propostas consistentes, podemos dar um exemplo concreto, ousado, corajoso, de enfrentamento e arrojo, ampliando as vantagens do PROINFA e estimulando o Brasil como modelo de país que conseguiu ampliar a participação de formas alternativas e limpas na sua matriz energética.

A Organização Internacional do Trabalho – OIT encaminhou um estudo à Rio+20 prevendo que até 20 milhões de postos de trabalho poderão ser criados no mundo na próxima década, se os governos incentivarem novas tecnologias ambientais e garantirem apoio a setores relacionados à chamada economia verde.

Nós queremos que grande parte desses 20 milhões de postos de trabalho fiquem aqui, no Brasil, para estimular a melhora de vida do povo brasileiro.

Sr. Presidente, muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB-DF) – Cumprimento o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame pelo pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB-DF) – Passo a palavra ao Ministro do Superior Tribunal de Justiça Herman Benjamin, que tem contribuído bastante com o Congresso Nacional nos debates relativos às questões ambientais, como fez agora recentemente nas discussões sobre o Código Florestal, e também para a atualização do Código de Defesa do Consumidor – o Ministro participou da elaboração do Código de Defesa do Consumidor em vigor.

Com a palavra, portanto, com muita alegria, o Ministro Herman Benjamin.

O SR. HERMAN BENJAMIN – Sr. Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, cumprimento V.Exa., que aqui representa o que há de melhor do espírito público no nosso País e que no Senado Federal tem, com muita propriedade e – eu diria – com muito carisma, levado avante os grandes debates acerca da sustentabilidade em nosso País.

Saúdo o eminente Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, que sempre, nos seus pronunciamentos, dá uma aula sobre sustentabilidade e sobre a necessidade de proteger os recursos naturais do nosso País.

Cumprimento a Secretária Márcia Rollemberg e peço permissão para cumprimentar os eminentes Senadores, por intermédio da Senadora Ana Amélia, que, nesta Casa, tem sido um dos mais atuantes porta-vozes na defesa de uma categoria vulnerável: o pequeno produtor rural, elemento fundamental para a sustentabilidade no nosso País.

Peço permissão para também cumprimentar os eminentes Deputados por intermédio do Deputado Luiz Couto, representante do meu Estado de nascimento e que tem uma história de vida dedicada à causa dos Direitos Humanos.

Felicitos todos que os estão aqui participando deste evento e o faço de modo especial em relação aos estudantes da Escola-Classe 66, Condomínio Sol Nascente, da Ceilândia. Vocês são a esperança do nosso País e estão hoje conosco, de mãos dadas, participando desta homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente. (Palmas.)

Srs. Embaixadores, demais integrantes do Corpo Diplomático, minhas senhoras e meus senhores, minha intervenção será extremamente curta.

Primeiro, quero agradecer ao Congresso Nacional o convite que me fez para participar desta solenidade de comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente. Nós, juízes, temos consciência de que o nosso papel principal é aplicar as leis aprovadas pelo Congresso Nacional – é esta a nossa missão nos termos da Constituição de 1988. Mas a Constituição foi sábia também ao estabelecer que o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, nos termos do art. 225 do seu texto, deve ser respeitado e cobrado por todos os brasileiros, sejam eles juízes, cidadãos comuns, artistas, estudantes, professores, Parlamentares. A Constituição não fez nenhuma distinção ao estabelecer esse dever para todos nós.

E nós, juízes, temos também consciência de que a nossa função não é apenas aplicar as leis, mas aplicar as leis com olhos postos no texto constitucional, na sustentabilidade mencionada pelo Presidente Collor e pelo Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

Nós, juízes, ao comemorarmos os 40 anos do debate ambiental, que começou em 1972, na Conferência de Estocolmo, temos também consciência de que estão a nossa frente dois desafios. O primeiro é o chamado déficit de implementação, porque, muitas vezes, as leis brasileiras são promulgadas e não são logo aplicadas; às vezes, quando começam a ser aplicadas, como é o caso do Código Florestal, já se passaram 40, 50 ou 60 anos e já se construiu um passivo de descumprimento da lei que inviabiliza a sua própria aplicação.

Portanto, nós, juízes, temos a responsabilidade de contribuir para uma boa aplicação da lei para evitar esse déficit de implementação.

O segundo aspecto a ser mencionado é o de que nós, juízes, ao cumprirmos a Constituição temos diante de nós um novo princípio já mencionado pelo Presidente Collor: o princípio da proibição de retrocesso. Seja na pauta dos direitos humanos, seja na proteção do meio ambiente, não podemos retroceder nos avanços e nas conquistas.

A proteção do meio ambiente avançou muito desde o Código Florestal de 1965, ou se quiserem, desde o Código Florestal de 1934, que nunca foi aplicado, ou do Código de Águas, também de 1934. Hoje, temos uma Constituição que protege os processos ecológicos essenciais, e é este o norte que orientará e deve orientar os juízes na aplicação de qualquer lei ambiental no nosso País, seja ela um código florestal, seja uma lei de proteção à fauna, às águas, aos recursos naturais de maneira geral.

Antes de juízes da lei, somos juízes da Constituição. E a Constituição exige que consideremos, na aplicação da lei, a proteção dos processos ecológicos essenciais. E a questão que está posta na Rio+20 não é apenas de um debate internacional, mas também de um debate acerca do futuro que nós, brasileiros, queremos para a sustentabilidade em nosso País. É esse o debate que nós juízes acompanhamos com muito interesse e esperamos que, dos debates aqui no Congresso Nacional, tenhamos, no caso do Código Florestal, uma lei que traga segurança jurídica e que proteja os processos ecológicos essenciais.

O nosso dever de casa – e, aí, é para todos, para juízes, Parlamentares, membros do Ministério Público, estudantes, ambientalistas, produtores rurais ou industriais, todos – é evitar o retrocesso ambiental. Creio que é isso que nos une e que nos dá esperança de um futuro melhor não apenas para nós, mas também para as gerações futuras.

Parabéns ao Senador Rodrigo Rollemberg; parabéns ao Congresso Nacional, aos eminentes Parlamentares que deliberaram comemorar hoje o Dia Mundial do Meio Ambiente! E, a rigor, Dia Mundial do

Meio Ambiente é todos os dias, e não é um dia, mas todas as horas, todos os segundos, porque, ao assim fazermos, estamos garantindo a nossa própria sobrevivência e a de todas as espécies que nos acompanham nessa jornada planetária ao longo de milênios, de centenas de milhares de anos ou, se quiserem, de bilhões de anos.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Muito obrigado, Ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça. Agradeço a V.Exa. as palavras. A presença de V.Exa. valoriza muito esta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Passo a palavra, com muita alegria, à Senadora Ana Amélia, pela Liderança do Partido Progressista. A Senadora Ana Amélia é um das mais atuantes dessa Casa.

A SRA. ANA AMÉLIA (PP – RS. Pela Liderança. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente Rodrigo Rollemberg, Ministro Herman Benjamin, muito obrigada pelas estimulantes referências ao meu trabalho e aqui cumpro o meu dever de cidadania, com o mandato que tenho a honra de representar o meu Estado, o Rio Grande do Sul.

Cumprimento também o Deputado Mendes Thame, que partilha dessa cerimônia, representando a Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados; o Senador Rodrigo Rollemberg e o Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara, Deputado Sarney Filho, pela iniciativa dessa sessão especial; a Sra. Márcia Rollemberg, que representa a Ministra da Cultura, Ana de Hollanda; os Srs. Embaixadores, convidados e Parlamentares que comparecem a essa sessão.

O Dia Mundial do Meio Ambiente, instituído pelas Nações Unidas em 1972, é uma data, hoje, lembrada por todos e comemorada de diferentes formas. Nós, neste momento lembramos: é uma bandeira que não tem oposição e nem é contestada por ninguém em nenhuma parte do mundo.

Defender a conservação do meio ambiente é sobretudo defender a sobrevivência do ser humano. O meio ambiente não é mais lembrado apenas por ambientalistas ou em singelos trabalhos de escola, como a que aqui está, a escola de Ceilândia, envolvendo os desenhos sempre criativos das crianças: as árvores, o céu, a água, o mar, os rios, os peixes, aquela natureza, eu diria, de caráter primitivo das crianças, os animais que habitam o universo do imaginário infantil e que é o mundo em que estamos vivendo.

O meio ambiente está nas discussões do dia a dia, no destino dado ao lixo, nos índices de emissão de gases das indústrias e dos veículos nas cidades,

na eficiência do trânsito, na distribuição de energia e na produção agrícola e de alimentos.

Concordo plenamente com o que acabou de dizer o Deputado Mendes Thame sobre esse trânsito tão egoísta que temos. Se observarmos as ruas de Brasília, veremos que a maior parte dos veículos traz uma pessoa apenas. Deveríamos ter pelo menos um transporte mais solidário, porque assim estaríamos preservando o meio ambiente. A política deveria estimular as práticas conservacionistas e preservacionistas do ambiente, e não estimular um consumismo que degrada o ambiente, até porque o nosso combustível que move esses veículos é de qualidade duvidosa em relação aos gases que emitem, caro Deputado Mendes Thame. E, por isso, pela importância que assume, a proteção ao meio ambiente deve ser uma preocupação de todos, uma preocupação coletiva, pois é o maior bem que todos nós temos.

A grande questão é como consumir menos, como economizar os recursos naturais, como manter o crescimento econômico e, ao mesmo tempo, garantir emprego e alimento a milhões de pessoas e, ao mesmo tempo, preservar o ambiente de forma sustentável, em um mundo em que faltam empregos e o abismo entre ricos e pobres é cada vez maior.

Essa é a equação a ser colocada na Conferência das Nações Unidas, a Rio+20, que se inicia no dia 13 de junho, aqui no Brasil, e irá acontecer até o final do mês na Cidade Maravilhosa, a Capital do Rio de Janeiro.

O Brasil, com uma população de mais de 190 milhões de pessoas, é a quinta Nação mais populosa do mundo, superada apenas pela China, Índia, Estados Unidos e Indonésia. Temos a quinta maior área terrestre do planeta.

Dentro desse vasto território, abrigamos as maiores riquezas, como a Amazônia e sua biodiversidade e, com nossos rios, o Brasil tem a maior quantidade de água doce. Doze por cento de toda a água doce do mundo está em nosso território. Nosso País, identificado hoje como um dos países-chaves para a sustentabilidade do planeta Terra, pode ser considerado uma superpotência ambiental. Já é a sexta economia global, tem de ser também uma potência em preservação ambiental.

Nas últimas décadas, posições assumidas e políticas adotadas pelas instituições brasileiras, sejam governamentais, sejam neogovernamentais, sejam privadas, lançaram o Brasil na vanguarda de inúmeros projetos de conservação ambiental ou ideias inovadoras que simplesmente respeitam o meio ambiente e utilizam meios menos agressivos para manter o desenvolvimento.

O Brasil, Senador Rodrigo Rollemberg, tem investido no biocombustível, na geração de energia limpa e desenvolve projetos de reciclagem que são exemplos para o mundo. Temos de avançar ainda muito mais. Não podemos deixar de olhar no retrovisor e ver que fizemos uma parte importante desse processo. E é nessa posição que fomos escolhidos para ser a casa, a sede, da Rio+20, fato que se repete depois de duas décadas.

Em 1992, a Cúpula da Terra, ou Eco 92, também no Rio de Janeiro, reuniu um número recorde de líderes globais para tomar decisões importantes sobre o bem-estar do planeta e, naquele ano, houve um rompimento com o velho modelo econômico e criado um novo: o chamado desenvolvimento sustentável.

O Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon, escreveu artigo publicado ontem pelo jornal Folha de S.Paulo intitulado O futuro que nós queremos desenha o mapa de um conjunto de providências para conseguir desenvolvimento mais equilibrado, mais justo e, ambientalmente, mais correto. No texto, o diplomata sul-coreano apresenta de forma muito clara que a Rio+20 precisa definitivamente fazer um balanço dos últimos 20 anos, mas, inevitavelmente, discutir as falhas de hoje inspirando um novo pensamento e um novo modo de agir.

Pode-se dizer que a natureza não cansa de dar sinais de que precisamos mudar a forma como estamos vivendo e ocupando o planeta Terra. Desde a Eco 92, ou seja, há 20 anos, o clima aqueceu acima do limite acordado entre os países-membros das Nações Unidas. O aquecimento já passa de dois graus positivos, provocado pela emissão descontrolada de gases e o pior: começamos a alcançar em pouco tempo a marca de mais de três graus acima da temperatura esperada. Isso gera, por exemplo, maior extinção de espécies da nossa fauna e da flora e também o aumento do nível dos oceanos.

Renovar os compromissos políticos, parece neste momento ser essencial. Dados da comunidade científica mostram um mundo já ameaçado por catástrofes ambientais, como secas e enchentes. E as consequências desses desastres já são vistas, por exemplo, no meu Estado, o Rio Grande do Sul, onde a seca tem transformado paisagens e gerado prejuízos incontáveis a produtores rurais, especialmente os pequenos, como lembrou aqui o nosso Ministro Herman Benjamin, e que já soma essa quebra de safra da ordem de 70%.

Diante disso, uma questão quero ressaltar aqui. De acordo com a FAO, braço das Nações Unidas que trata da produção de alimentos no mundo, ao mesmo tempo em que vivenciamos essas catástrofes ambientais que reduzem as áreas plantadas, precisamos aumentar a produção de alimentos em mais de 75%

nos próximos 30 anos, para garantir alimentos a uma população que hoje já é de 7 bilhões de pessoas.

Mesmo com o cenário adverso, a eficiência do produtor brasileiro é indiscutível. Nos últimos anos, de 1999 a 2010, a área de plantio aumentou pouco mais de 30%, mas a produção de alimentos cresceu mais de 170% nesse mesmo período. Sabemos que novas tecnologias, baseadas na sustentabilidade, podem permitir o aumento da produtividade. Precisamos intensificar os diálogos, dar valor ao papel dos jovens e das mulheres, parte da sociedade essencial na conciliação da economia e do meio ambiente. Os Governos precisam criar políticas a longo prazo para garantir a mudança definitiva da consciência e desse modo de agir, de ser e de se comportar e das próprias atitudes dentro do ambiente em que nós vivemos, desde o simples ato de escovar os dentes pela manhã, não deixando escorrer a água para evitar o desperdício e preservá-la, que é um bem finito, até o último sinal à noite, quando apagamos a luz e não a deixamos acesa, poupando energia. Não podemos ser perdulários com o meio ambiente.

Os Governos precisam criar políticas de longo prazo para garantir a mudança definitiva dessas atitudes. Não podemos perder mais tempo, a proteção ao meio ambiente não é mais um projeto a ser aplicado, trata-se de uma necessidade inadiável e urgente. Produzir e crescer precisam ser práticas íntimas de outras duas ações: a de preservar e a de proteger.

E como acabou de dizer no início desta sessão o Senador Fernando Collor, é preciso alterar via reinvenção os padrões de consumo e também de produção no nosso planeta. Sem isso, a sustentabilidade corre o risco de se limitar apenas à retórica inconsequente.

Creio também nas palavras do Deputado Mendes Thame quanto ao tripé dos princípios que garantem sustentabilidade: produzir de forma econômica, socialmente responsável e sem agredir a natureza.

Sobretudo, aposto na posição firme do Poder Judiciário, em palavras que eu anotei, Ministro Herman Benjamin, quanto aos desafios que temos: déficit da implementação – temos leis maravilhosas que ficam guardadas nas gavetas e nos papéis e não entram na aplicação; e cumprir a Constituição – esse novo princípio, a proibição da retrocesso.

Parabéns, Senador Rodrigo Rollemberg! Hoje é um dia muito especial, não só porque o Senado se antecipa ao início da celebração da Rio+20, porque nós aqui, Senadores, já cumprimos com o nosso dever.

A Grã Bretanha acaba de se insurgir contra a decisão da Comunidade Europeia de limitar em 7% a área de reserva legal. É a primeira vez que a União Europeia se debruça sobre reserva legal.

O Brasil acabou de ver um Código Florestal em que a reserva legal da Amazônia é de 80% – 35% no Cerrado brasileiro e 20% nas demais áreas do nosso País. Os agricultores sabem que precisam preservar o ambiente.

V.Exa, Senador Rodrigo Rollemberg, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Defesa do Consumidor, na Comissão de Agricultura, com o Senador Acir Gurgacz, com os Relatores Luiz Henrique da Silveira e Jorge Viana, com o trabalho feito na Comissão de Ciência e Tecnologia, todos aqui tiveram a responsabilidade de produzir um Código com a ajuda do Ministro Herman Benjamin e tantos outros que vieram aqui colaborar. Um Código que nos orgulha, ao vermos que a Europa, que às vezes vem nos ditar regras, está brigando para não cumprir uma proposta de uma reserva legal de 7%. Dizem os ingleses que ela vai ferir de morte os pequenos agricultores ou os pequenos pecuaristas. E essa regra vale da Finlândia à Sicília.

Se a Europa conseguir cumprir 7%, o mundo vai aplaudir. Mas eles não vão conseguir fazer isso, porque o lobby e o poder político dos produtores de lá são muito diferentes do que acontece em nosso País.

Muito obrigada. (Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA ANA AMÉLIA EM SEU PRONUNCIAMENTO

O FUTURO QUE NÓS QUEREMOS

Ban Kin-Moon

Há 20 anos, aconteceu a Cúpula da Terra. No encontro no Rio de Janeiro, os líderes mundiais concordaram com um plano ambicioso para um futuro mais seguro.

Procuraram equilibrar as exigências do crescimento econômico e as necessidades de uma população crescente com a conservação dos recursos mais preciosos: ar, terra e água. Concordaram que a única maneira de fazê-lo era romper com o velho modelo econômico e inventar um novo. Chamaram-no de desenvolvimento sustentável.

Duas décadas depois, voltamos ao futuro. Os desafios que a humanidade enfrenta hoje são praticamente os mesmos, só que maiores.

Aos poucos, percebemos que estamos entrando numa nova era. O crescimento econômico global se combinou com o populacional, criando uma pressão sem precedentes sobre os ecossistemas. Não podemos continuar queimando e consumindo nossas formas de prosperidade. Porém, não adotamos a solução óbvia,

a única solução possível hoje, como era há 20 anos: o desenvolvimento sustentável.

Felizmente, temos uma segunda chance. Em poucos dias, os líderes mundiais se reunirão de novo no Rio para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Mais uma vez, a cidade oferece uma oportunidade geracional para definir um novo rumo em direção a um futuro que equilibre as dimensões econômica, social e ambiental.

Mais de 130 chefes de Estado e de governo vão estar lá, com cerca de 50 mil líderes empresariais, prefeitos, ativistas e investidores – uma coalizão global para a mudança. Mas o sucesso não é garantido. Para assegurar nosso mundo para as gerações futuras, precisamos da parceria e envolvimento de todos os líderes, dos países ricos e pobres, pequenos e grandes.

Se eu oferecesse conselhos como secretário-geral da ONU, concentraria nos três “conjuntos” de resultados para que a Rio+20 seja um divisor de águas.

Primeiro, a Rio+20 deve inspirar um novo pensamento – e ação. Em muitos lugares, o crescimento estagnou. Os empregos estão em movimento retardatário. As lacunas entre os ricos e os pobres estão crescendo. Vemos a escassez alarmante de alimentos, combustível e recursos naturais.

No Rio, os negociadores vão se basear no sucesso dos objetivos de desenvolvimento do milênio, que têm ajudado a tirar milhões da pobreza. Uma nova ênfase sobre a sustentabilidade pode oferecer o que os economistas chamam de “triple bottom line” – crescimento econômico com aumento dos empregos associado à proteção ambiental e inclusão social.

Em segundo lugar, a Rio+20 deve ser sobre pessoas: um encontro que ofereça esperança concreta para a real melhoria no dia a dia.

As opções antes das negociações incluem a declaração de um “fome zero” do futuro: zero desnutrição em crianças por falta de alimentação adequada, desperdício zero de alimentos e insumos agrícolas nas sociedades onde as pessoas não têm o suficiente para comer.

A Rio+20 também deve dar voz àqueles que ouvimos com menos frequência: mulheres e jovens. As mulheres sustentam o peso de metade do mundo, merecem tratamento igualitário. E os jovens são o rosto do nosso futuro. Estamos criando oportunidades para os quase 80 milhões que vão entrar no mercado de trabalho a cada ano?

Em terceiro lugar, a Rio+20 deve convocar para uma ação: não desperdiçar. A mãe terra tem sido boa para nós. Façamos a retribuição da humanidade, respeitando seus limites naturais.

Como muitos dos desafios são globais, exigem uma resposta global. Não é o momento para brigas superficiais. É momento para os líderes do mundo e seus povos se unirem no propósito comum em torno de uma visão compartilhada de nosso futuro: o futuro que nós queremos.

BAN KI-MOON, 67, diplomata sul-coreano, é secretário-geral da ONU

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Cumprimento-a pelas suas palavras, sempre brilhante e muito enfática na defesa dos pequenos agricultores, como ressaltou aqui o Ministro Herman Benjamin.

Registro com muita alegria a presença entre nós, prestigiando a nossa sessão, do Comandante do Batalhão da Polícia Militar Ambiental do Distrito Federal, Tenente-coronel Claudio Ribas de Sousa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Passo a palavra ao Deputado Luiz Couto, pela Liderança do Partido dos Trabalhadores.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg, eu não estava indicado pelo meu partido para falar, mas o farei na condição de Vice-Líder e para fazer algumas reflexões sobre a nossa luta para preservar cada vez mais a natureza.

Agradeço ao Exmo. Sr. Herman Benjamin, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, pela sua luta também em favor do meio ambiente e dos direitos humanos.

Cumprimento o Senador Fernando Collor; o Deputado Federal Antonio Carlos Mendes Thame; a Secretária de Cidadania e Diversidade Cultural, Exma. Sra. Márcia Rollemberg; o representante da Ministra da Cultura, Exma. Sra. Ana de Hollanda; a Embaixadora das Filipinas, Exma. Sra. Eva Betita; o Embaixador do Nepal, Exmo. Sr. Pradhumna Bikram Shah; os representantes do Projeto Rios Voadores; a banda da Polícia Militar do Distrito Federal; os alunos da Escola Classe nº 66, do Condomínio Sol Nascente, da Ceilândia; Srs. Parlamentares e demais presentes nesta sessão.

Sr. Presidente, eu começo com uma frase do nosso grande Papa, João XXIII, que nos serve para meditação. Segundo Dom Hélder Câmara, ação sem meditação é ativismo; e meditação sem ação é conversa fiada. Então, temos que juntar as duas coisas. É uma teoria que não tem muita consistência. Daí, ele diz: “Estamos na Terra, mas vivemos de empréstimo e esta é a nossa força”. Estamos emprestados a esta Terra para cuidarmos dela e não para deixarmos que ela seja destruída, seja degradada.

Eu diria que o mundo se tornou perigoso, primeiro, porque os seres humanos aprenderam a dominar a

natureza, não para respeitá-la, não para amá-la, mas para destruí-la, para degradá-la.

É preciso pensar em nos dominarmos para podermos preservá-la. O ser humano, muitas vezes, está imbuído do desejo do lucro, da dominação, e esquece-se de que estamos neste mundo emprestados e devemos cuidar para que ele seja o mundo onde as pessoas possam viver sem degradá-lo, preservando a natureza.

E é neste sentido que eu gostaria de colocar um pensamento do Green Peace: Quando a última árvore tiver caído, quando o último rio tiver secado, quando o último peixe for pescado, vocês vão entender que dinheiro não se come. E é essa a preocupação básica quando tratamos da questão do Código Florestal – e aprovada a proposta aqui do Senado, modificada pela Câmara e vetada pela nossa Presidenta. É nessa perspectiva de cuidar da natureza. Temos de cuidar para que essa natureza não se torne sem vida, sem distribuição de riqueza daquilo que produzimos.

Eu gostaria, Sr. Presidente, nesta reflexão, de falar de um texto que para nós significa muito.

Dom Helder chamava a atenção para o cuidar: cuidar da natureza em relação a si mesmo, em relação aos outros, em relação à própria Divindade. Ele dizia que ter cuidado é se responsabilizar. E usava tais palavras do filósofo Martin Heidegger, que na sua obra *Ser e Tempo* define o cuidado como a raiz primária de todo ser humano. Enquanto totalidade estrutural, unitária, por sua prioridade essencial, o cuidado se situa antes de qualquer comportamento e de qualquer situação do ser. Para Heidegger, o cuidado é um modo de ser essencial, faz parte da natureza e da constituição do ser humano.

E ele usa a fábula de Higino, o escritor latino do primeiro século depois de Cristo. Um dia, o Cuidado estava atravessando o rio e com a lama começou a formar um ser. Pediu a Júpiter que lhe infundisse o espírito. Júpiter consentiu. Mas quando o Cuidado quis lhe impor o seu nome, Júpiter o proibiu e quis ele também lhe dar o seu. A Terra interveio e como também tinha contribuído para lhe formar o corpo, se sentia também com o direito de lhe dar seu nome. Os disputantes escolheram a Saturno como juiz. Este comunicou a seguinte decisão: Tu, Júpiter, lhe deste o espírito; no momento da morte, receberás o espírito. Tu, Terra, lhe deste o corpo; receberás o corpo. Mas como foi o Cuidado quem primeiro deu forma a esse ser, para que ele viva, possua o cuidado, quanto ao nome, chame-se humano, porque é feito de húmus.

Essa fábula nos ensina o cuidado que nós devemos ter tanto com a natureza, quanto com o ser humano.

Então, concluo esta nossa reflexão, neste dia em que celebramos o respeito ao meio ambiente, no sentido de não degradá-lo, de não ameaçá-lo cada vez mais, com um provérbio muito citado e de domínio público: A terra é insultada. Mas, em resposta ao insulto, ela nos oferece suas flores, seus frutos, sua beleza como resposta.

Que nós possamos cuidar da natureza para que não sejamos destruídos juntamente com ela.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Cumprimento V.Exa. por suas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Passo agora a palavra à Sra. Márcia Rollemberg, Secretária da Cidadania e da Diversidade Cultural, do Ministério da Cultura, que aqui representa a Ministra Ana de Hollanda.

A SRA. MÁRCIA ROLLEMBERG – Bem, eu gostaria de iniciar a minha fala saudando as crianças aqui presentes, quebrando até um pouco o protocolo, porque creio que são as crianças que sinalizam o nosso futuro.

Sr. Presidente, senhoras e senhores, trago a saudação da Ministra Ana de Hollanda a este evento, a esta efeméride importante que é a comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente. E, na condição de representante da cultura, não poderia deixar de fazer aqui uma homenagem aos grandes guardiões da natureza no Brasil: as comunidades tradicionais, as comunidades indígenas, os quilombolas, os ribeirinhos, os pescadores, que tanto têm a nos ensinar, até porque o meio ambiente é feito tanto da diversidade biológica quanto da diversidade cultural.

Essas comunidades têm um papel muito importante neste momento em que se pensa um novo modelo de desenvolvimento. E, muitas vezes, a inovação está mais em reconhecer o valor da tradição do que necessariamente mudar paradigmas.

Então, gostaria de deixar essa contribuição e de dizer que é muito importante nos lembrarmos de que nossa primeira morada é o nosso corpo – e a fala do Deputado que me antecedeu disse um pouco disso –, mas a nossa principal morada é o nosso planeta, e que o meio ambiente começa no meio de nós. Esse é um pouco o olhar que a cultura tem.

A cultura não é um pilar, a cultura é a base, é ela que dá significado ao social, ao econômico, ao ambiental, é ela que cria coerência entre eles três. E o papel da cultura nesse processo é importantíssimo.

O programa Cultura Viva, com a rede de Pontos de Cultura, vem mostrando a capacidade da sociedade de se repensar, de mostrar como é possível trabalhar com integração, com redes, com as comunidades e

com populações que, muitas vezes, foram alijadas do processo de desenvolvimento, mas que têm um processo de participação e de enriquecimento no que se refere a conceitos, aos saberes tradicionais e às formas de ser e de viver.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Agradeço à Sra. Márcia Rollemberg, que aqui representa a Ministra da Cultura, as palavras.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Quero saudar a Sra. Márcia Rollemberg, representando aqui a Ministra da Cultura; saudar o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, que também muito nos honra com sua presença aqui, representando a Câmara dos Deputados; a Embaixadora das Filipinas, Exma. Sra. Eva Betita; o Exmo. Embaixador do Nepal, Sr. Pradhumma Bikram Shar; o Sr. Tenente-Coronel Cláudio Ribas de Sousa; o Sr. Jeanitto Gentilini, Diretor do Jardim Botânico de Brasília; o Sr. Senhor Gérard Moss, idealizador do projeto Rios Voadores – teremos a nossa exposição a partir de amanhã, às 17 horas 30 minutos será o lançamento —; os alunos da Escola Classe 66 do Condomínio Sol Nascente, que muito nos honraram com a sua presença; o Sr. Vinícius Benevides, Diretor Presidente da ADASA; a Senadora Ana Amélia, o Deputado Luiz Couto, as senhoras e os senhores aqui presentes, que muito nos honram com sua presença.

O mundo todo estará de olhos sobre o Brasil a partir de amanhã. Teremos, como disse o Senador Fernando Collor, amanhã, a entrega simbólica das chaves da cidade do Rio de Janeiro ao Secretário-Geral da ONU para a Rio+20 e à Ministra do Meio Ambiente.

E o mundo todo está com os olhos voltados para o Brasil por alguns motivos. Primeiro, porque 20 anos atrás o Brasil realizou uma conferência sobre meio ambiente considerada até hoje a mais bem-sucedida conferência da Organização das Nações Unidas para o tema meio ambiente. Ali nós aprovamos a Convenção do Clima, a Convenção sobre Biodiversidade, a Convenção de Combate à Desertificação; divulgamos os Princípios do Rio de Janeiro e a Agenda 21, ou seja, alguns tratados internacionais da maior importância e que significavam efetivamente a construção de novos paradigmas para o desenvolvimento mundial.

Além disso, os olhos se voltam para o Brasil porque o nosso País tem assumido um protagonismo cada vez maior no cenário internacional como um país que nos últimos anos conseguiu aliar crescimento econômico, redução da pobreza, redução das desigualdades sociais, redução do desmatamento, num ambiente de democracia. E isso não é pouca coisa.

Tive a oportunidade, com muita satisfação, de perceber isso viajando, participando do Fórum Mundial da Água e em reuniões no Parlamento europeu e no Parlamento inglês, em função da organização da Cúpula Mundial de Legisladores, que acontecerá nos dias 15 a 17 de junho, na cidade do Rio de Janeiro.

Por isso, a nossa responsabilidade é muito grande. A Rio+20 deve ter a capacidade de, com muita honestidade, com muita sinceridade, com muita franqueza, reconhecer que falhamos no processo de implementação da Rio 92. Falhamos, e o mundo corre o risco de um colapso de graves consequências, se não tomarmos providências urgentes, se não reformularmos os nossos padrões de produção e de consumo.

Penso que o maior desafio da Rio+20 é definir metas claras e ousadas de implementação das decisões da Rio 92, metas como a redução do uso da água na agricultura, a retirada dos subsídios dados à agricultura pelos países mais ricos, a duplicação da utilização de energias renováveis na matriz energética mundial, a garantia de que qualquer ser humano, em qualquer lugar do Planeta, tenha acesso à água como um direito humano fundamental, a garantia também de saneamento básico para o conjunto da humanidade, todos temas que terão impactos fundamentais na Convenção do Clima, na Convenção sobre Biodiversidade, na convenção sobre o enfrentamento aos processos de desertificação e o combate e erradicação da pobreza.

Nesse sentido, entendo também que devemos modificar todo o processo de governança mundial no que se refere às questões ambientais. Penso que o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente deve ter um status muito mais importante no âmbito da Organização das Nações Unidas. Temos a Organização Mundial do Trabalho, a Organização Mundial do Turismo, a organização mundial para os alimentos, para a saúde. Precisamos também ter uma organização mundial para o meio ambiente, mas também precisamos definir novas formas, novos modelos para medir o desenvolvimento, que levem em conta não apenas as questões econômicas, mas também as questões sociais e ambientais.

O Produto Interno Bruto é uma medida ultrapassada até para medir os índices de desenvolvimento econômico.

Tive a oportunidade de dizer, outro dia, desta tribuna, que um país que está produzindo a guerra está ampliando seu Produto Interno Bruto, porque está produzindo armamentos e movimentando a economia. Isso não é uma forma inteligente de se medir o desenvolvimento mundial. Portanto, entendo que devemos construir novos paradigmas também para construir o desenvolvimento.

Considero que, além dos desafios internacionais, a diplomacia brasileira e o Governo brasileiro terão papel fundamental. Como País hoje protagonista nas questões do desenvolvimento sustentável e anfitrião dessa conferência internacional, temos também que construir nosso legado interno, um legado interno sobre convergências nacionais em torno de temas estratégicos, como o bom uso da água; a redução da dependência externa de sementes para produção de alimentos e de insumos que garantem a produção de alimentos; um pacto em relação às energias para que o Brasil possa ampliar muito sua matriz energética renovável; a utilização inteligente e sustentável de toda a nossa biodiversidade, com repartição de benefícios para as populações tradicionais, para esses guardiões da biodiversidade brasileira; o aprofundamento da nossa democracia; o reconhecimento da diversidade cultural como elemento fundamental para o desenvolvimento e a construção de novos paradigmas; a garantia de uma educação de qualidade; e investimentos em ciência, tecnologia e inovação, que vão efetivamente modificar

nossa relação com o planeta, agregar valor à nossa produção e propiciar melhorias para o conjunto da população brasileira.

O Dia do Meio Ambiente nunca representou tanto para o Brasil. Há possibilidade de um grande processo de mobilização, formulação e construção de acordos e compromissos que possam fazer com que o País, que já vem se destacando no plano internacional, possa se destacar cada vez mais, construindo novos paradigmas para o desenvolvimento mundial e garantindo que essa nova economia, uma economia verde, seja, sobretudo, um instrumento poderoso de erradicação da pobreza e de melhoria das condições de vida de toda a nossa população.

Agradeço a todos que nos honraram com a presença nesta manhã e início de tarde de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 59 minutos.)

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
(Resolução nº 1/2006-CN)

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

COMPOSIÇÃO²

Presidente: Deputado Paulo Pimenta⁴
1º Vice-Presidente: Senador Cássio Cunha Lima⁴
2º Vice-Presidente: Deputado Reinaldo Azambuja⁴
3º Vice-Presidente: Senador Vicentinho Alves⁴

Instalação: 27-3-2012

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
Wellington Dias (PT/PI)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)	2. Angela Portela (PT/RR)
Paulo Paim (PT/RS)	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC)	
Romero Jucá (PMDB/RR)	1.
Benedito de Lira (PP/AL) ⁵	2. Sérgio Souza (PMDB/PR)
Clésio Andrade (PMDB/MG)	3. ³
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	1.
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	2.
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)
PR	
Vicentinho Alves (PR/TO)	1. Antonio Russo (PR/MS)
PSD¹	
Sérgio Petecão (PSD/AC)	1. Kátia Abreu (PSD/TO)

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designação na Sessão do Senado Federal de 20-3-2012.

3- Em 26-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 042/2012, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Benedito de Lira.

4- Mesa eleita em 27-3-2012, conforme Of. Pres. nº 40/2012/CMO.

5- Designado o Senador Benedito de Lira, como membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, em 16-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 67, de 2012, da Liderança do PMDB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
João Paulo Lima (PT/PE)	1. Cláudio Puty (PT/PA)
Josias Gomes (PT/BA)	2. Leonardo Monteiro (PT/MG)
Paulo Pimenta (PT/RS)	3. Assis Carvalho (PT/PI) ^{8 e 9}
Waldenor Pereira (PT/BA)	4. Vander Loubet (PT/MS)
Zeca Dirceu (PT/PR)	5. Vanderlei Siraque (PT/SP)
PMDB	
Aníbal Gomes (PMDB/CE)	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
Edio Lopes (PMDB/RR) ²	2. Joaquim Beltrão (PMDB/AL)
Eliseu Padilha (PMDB/RS)	3. Hugo Motta (PMDB/PB)
Leandro Vilela (PMDB/GO)	4. Osmar Serraglio (PMDB/PR) ⁷
Lucio Vieira Lima (PMDB/BA) ⁷	5.
Mauro Lopes (PMDB/MG)	
PSDB	
Duarte Nogueira (PSDB/SP) ³	1. Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) ³
Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)	2. Marcus Pestana (PSDB/MG) ¹⁰
Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA)	3.
PP	
João Leão (PP/BA) ⁴	1. Roberto Balestra (PP/GO)
Renato Molling (PP/RS)	2. Toninho Pinheiro (PP/MG)
Cida Borghetti (PP/PR)	3. Waldir Maranhão (PP/MA)
DEM	
Augusto Coutinho (DEM/PE) ⁶	1. Eli Correa Filho (DEM/SP) ⁶
Felipe Maia (DEM/RN)	2. Lira Maia (DEM/PA)
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	3. Luiz Carlos Setim (DEM/PR)
PR	
João Maia (PR/RN)	1. Giacobbo (PR/PR)
Luciano Castro (PR/RR)	2. Jaime Martins (PR/MG)
PSB	
Paulo Foletto (PSB/ES)	1. Sandra Rosado (PSB/RN)
Laurez Moreira (PSB/TO)	2. Antonio Balhmann (PSB/CE)
PDT	
Giovanni Queiroz (PDT/PA)	1. Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)
Paulo Rubem Santiago (PDT/PE)	2. Marcos Rogério (PDT/RO)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	1. Roberto De Lucena (PV/SP)
Paulo Wagner (PV/RN)	2. Stepan Nercessian (PPS/RJ)
PTB	
Arnon Bezerra (PTB/CE)	1. Antonio Brito (PTB/BA)
PSC	
Ratinho Junior (PSC/PR)	1. Leonardo Gadelha (PSC/PB)
PCdoB	
Osmar Júnior (PCdoB/PI)	1. Manuela D'Ávila (PCdoB/RS) ⁵
PMN ¹	
²	²

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Vaga cedida pelo PMN ao PMDB, conforme Ofício nº 296/2012/SGM/P, de 13-3-2012.

3- Designado o Deputado Duarte Nogueira, em substituição ao Deputado Carlos Alberto Leréia, como membro titular, e o Deputado Carlos Alberto Leréia, como membro suplente, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 311/2012, da Liderança do PSDB.

4- Designado o Deputado João Leão, em substituição ao Deputado Lázaro Botelho, como membro titular, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 144/2012, da Liderança do PP.

- 5- Designada a Deputada Manuela D'Ávila, como membro suplente, em 28-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 097/12, da Liderança do PCdoB.
- 6- Designado o Deputado Augusto Coutinho, como membro titular, em substituição ao Deputado Eli Correa Filho, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76-L-Democratas/12, da Liderança do DEM.
- 7- Designado o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em substituição ao Deputado Osmar Serraglio, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 323, de 2012, da Liderança do PMDB.
- 8- Em 19-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 176/2012/PT, do Líder do PT na Câmara dos Deputados, solicitando a retirada do nome do Deputado Rubens Otoni da suplência na Comissão.
- 9- Designado o Deputado Assis Carvalho, como membro suplente, em 10-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 231, de 2012, da Liderança do PT.
- 10- Designado o Deputado Marcus Pestana, como membro suplente, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 561, de 2012, da Liderança do PSDB.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893

Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Deputado Márcio Macedo^{15 e 20}
Vice-Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin^{15 e 20}
Relator: Senador Sérgio Souza^{16 e 20}

Instalação: 10-4-2012^{15 e 20}**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ⁷	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷	4. ^{7 e 17}
Bloco Parlamentar (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{3 e 14}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ³
Eduardo Braga (PMDB/AM) ³	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ³
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11 e 12}	3. Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3 e 18}	4. ^{3 e 19}
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. Cyro Miranda (PSDB/GO) ²
Jayme Campos (DEM/MT) ^{6 e 10}	2. José Agripino (DEM/RN) ^{6 e 10}
PTB	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ⁴	1. ^{8, 9 e 12}
PSOL¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁵	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.

19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. Francisco Praciano (PT/AM) ²
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSDB	
Antonio Imbassahy (PSDB/BA) ^{2 e 11}	1. Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ²
PP	
José Otávio Germano (PP/RS) ²	1. Rebecca Garcia (PP/AM) ²
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Anthony Garotinho (PR/RJ) ²	1. Bernardo Santana De Vasconcellos (PR/MG) ^{2 e 12}
PSB	
Luiz Noé (PSB/RS) ²	1. ^{2 e 7}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Alfredo Sirkis (PV/RJ) ²	1. Sarney Filho (PV/MA) ²
PTB¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PTB.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone: (61) 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO
FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS – FIPA**

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 10 Senadores e 10 Deputados

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
	1.
	2.
	3.
PSDB	
	1.
PTB	
Gim Argello (PTB/DF) ²	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) ²
DEM	
	1.
PSOL¹	
	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti em 1º-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 78/2011, da Liderança do PTB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO**Presidente:** Senador Fernando Collor ⁶**Vice-Presidente:** Deputada Perpétua Almeida ⁶

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Jilmar Tatto (PT/SP) ¹	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL) ²
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ³	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Jayme Campos (DEM/MT) ⁴
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Perpétua Almeida (PCdoB/AC) ⁵	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 29.03.2012)

Notas:

1- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

2- Indicado Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros (PMDB), Eduardo Amorim (PSC), Francisco Domelles (PP) e Paulo Davim (PV).

3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.

4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

6- Assumiu a Presidência na 2ª Reunião de 2012, realizada em 08/05/2012, em substituição à Deputada Perpétua Almeida, que passou a ocupar a Vice-Presidência, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15/08/2001 (Ata publicada no DSF de 22/08/2001, pg. 17595).

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**Telefone:** (61) 3303-4561 / 3303-5258**E-mail:** scop@senado.gov.br**Local:** Senado Federal, Anexo II, Térreo**Endereço na Internet:** www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Leitura: 13-7-2011**Designação da Comissão:** 14-12-2011**Instalação da Comissão:** 8-2-2012**Prazo final da Comissão:** 19-8-2012**Presidente:** Deputada Jô Moraes**Vice-Presidente:** Deputada Keiko Ota**Relatora:** Senadora Ana Rita**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP)	2. Lídice da Mata (PSB/BA) ^{10 e 11}
¹¹	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. ⁶
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{2, 8 e 12}	1.
Ana Amélia (PP/RS) ^{3, 4, 9 e 13}	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim Argelo (PTB/DF) ⁷
PSOL¹	
⁵	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.

5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.

7- Designado o Senador Gim Argelo, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.

8- Vago em razão da reassunção do 1º suplente, Senador Garibaldi Alves, em 4-4-2012.

9- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 055/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome da Senadora Vanessa Grazziotin.

10- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 056/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome do Senador Wellington Dias.

11- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 058/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando que a Senadora Lídice da Mata deixa da condição de titular e a passa a ser suplente.

12- Designado o Senador Sérgio Souza, em 23-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 96/2012, da Liderança do PMDB.

13- Designada a Senadora Ana Amélia, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 138/2012, da Liderança do PMDB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Teresa Surita (PMDB/RR)	1. Nilda Gondim (PMDB/PB) ⁹
Jô Moraes (PCdoB/MG) ¹	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) ⁸
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) ⁵
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. Neilton Mulim (PR/RJ) ^{2 e 4}
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) ⁷	1 Sandra Rosado (PSB/RN) ⁷
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Moraes (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) ⁶
PTB	
Celia Rocha (PTB/AL)	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) ³

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Furlan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro suplente, em substituição à Deputada Elcione Barbalho, em 15-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 493/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)**Diretor:** Dirceu Vieira Machado Filho**Telefone:** (61) 3303-3490 / 3303-3514**E-mail:** sscepi@senado.gov.br

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 1, de 2012-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 15 (quinze) Senadores e 15 (quinze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações 'Vegas' e 'Monte Carlo', da Polícia Federal, nos termos que especifica.

- **Leitura:** 19-4-2012
- **Designação da Comissão:** 24-4-2012
- **Instalação da Comissão:** 25-4-2012
- **Prazo final da Comissão:** 4-11-2012

Presidente: Senador Vital do Rêgo
Vice-Presidente: Deputado Paulo Teixeira
Relator: Deputado Odair Cunha

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
José Pimentel (PT/CE)	1. Wellington Dias (PT/PI)
Humberto Costa (PT/PE)	2. Jorge Viana (PT/AC)
Lídice da Mata (PSB/BA)	3. Walter Pinheiro (PT/BA)
Pedro Taques (PDT/MT)	4. Delcídio do Amaral (PT/MS)
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)	5. Acir Gurgacz (PDT/RO)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV)	
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	1. Benedito de Lira (PP/AL)
Ricardo Ferraço (PMDB/ES)	2.
Sérgio Souza (PMDB/PR)	3.
Ciro Nogueira (PP/PI)	4.
Paulo Davim (PV/RN)	5.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Jayme Campos (DEM/MT)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Alvaro Dias (PSDB/PR)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE)
Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	3. Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Fernando Collor (PTB/AL)	1.
Vicentinho Alves (PR/TO)	2.
PSD¹	
Kátia Abreu (PSD/TO)	1. Sérgio Petecão (PSD/AC)

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	1. Dr. Rosinha (PT/PR)
Odair Cunha (PT/MG)	2. Luiz Sérgio (PT/RJ)
Paulo Teixeira (PT/SP)	3. Sibá Machado (PT/AC)
PMDB	
Iris de Araújo (PMDB/GO)	1. Leonardo Picciani (PMDB/RJ) ²
Luiz Pitiman (PMDB/DF)	2. João Magalhães (PMDB/MG)
PSDB	
Carlos Sampaio (PSDB/SP)	1. Domingos Sávio (PSDB/MG)
Fernando Francischini (PSDB/PR)	2. Vanderlei Macris (PSDB/SP) ³
PP	
Gladson Cameli (PP/AC)	1. Iracema Portella (PP/PI)
DEM	
Onyx Lorenzoni (DEM/RS)	1. Mendonça Prado (DEM/SE)
PR	
Maurício Quintella Lessa (PR/AL)	1. Ronaldo Fonseca (PR/DF)
PSB	
Paulo Foletto (PSB/ES)	1. Glauber Braga (PSB/RJ)
PDT	
Miro Teixeira (PDT/RJ)	1. Vieira da Cunha (PDT/RS)
Bloco PV, PPS	
Rubens Bueno (PPS/PR)	1. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Silvio Costa (PTB/PE)	1. Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)
PSC	
Filipe Pereira (PSC/RJ)	1. Hugo Leal (PSC/RJ)
PCdoB¹	
Delegado Protógenes (PCdoB/SP)	1. Osmar Júnior (PCdoB/PI)

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designado o Deputado Leonardo Picciani, como membro suplente, em substituição ao Deputado Edio Lopes, em 16-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 518/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

3- Designado o Deputado Vanderlei Macris, como membro suplente, em substituição ao Deputado Rogério Marinho, em 30-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 576/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ORGÃO**CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT/SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Waldemir Moka (PMDB/MS) ¹
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocêncio Oliveira (PR/PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Jilmar Tatto (PT/SP) ²	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ³	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Jayme Campos (DEM/MT) ⁴
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Ricardo Berzoini (PT/SP) ⁵	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Perpétua Almeida (PCdoB/AC) ⁵	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 19.03.2012)

1- O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão do Senado Federal de 16.11.2011.

2- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.

4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes**COMPOSIÇÃO****Presidente:** _____**Vice-Presidente:** _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO ¹

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Senador Roberto Requião ⁶
Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame ⁶
Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia ⁶

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
vago ¹⁰	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Iris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
André Zacharow ⁹	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antonio Carlos Mendes Thame ²	Luiz Nishimori ³
Sergio Guerra	Reinaldo Azambuja ³
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta	Augusto Coutinho ⁵
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Assis Melo ¹¹	Manuela D'ávila ¹²
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé ⁸	

Senadores

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB) ⁷	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristovam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	Cássio Cunha Lima (PSDB) ¹³
	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 16.3.2012)

1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.

2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. OF. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.

3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.

6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.

7- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 9, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em virtude de o Senador Wilson Santiago não mais se encontrar no exercício do mandato.

8- Vaga cedida pelo PR.

9- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 8, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em vaga existente em virtude do falecimento do Deputado Moacir Micheletto em 30-1-2012.

10- Em 15-3-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Emiliano José (PT/BA).

11- Designado para ocupar a vaga de titular do PCdoB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 20, de 2012, de 8-5-2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

12- Designada para ocupar a vaga de suplente do PCdoB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 19, de 2012, de 8-5-2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

13- Designado para ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 21, de 2012, de 8-5-2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

